

# A BATALHA

jornal de expressão anarquista

## E o lixo ... ?



### Incineração de resíduos

Texto sobre os inconvenientes da incineração de resíduos sólidos da autoria do Centro de Ecologia e Projectos Alternativos (Barcelona), traduzido e divulgado pela Comissão de Cidadãos e de Cidades contra a Incineradora.

p. 4

*A violência tem acompanhado o homem desde tempos imemoriais e, provavelmente, nunca foi mais nem menos horrível do que hoje: talvez Assurbanipal não diferisse muito de Hitler ou de alguns chefes militares sérvios ou ruandeses dos nossos dias. A ênfase dada aos poderosos meios de destruição que têm vindo a ser criados (e aplicados) ao longo do último século é verosimilmente excessiva, excepção feita para as armas nucleares. Pelo menos a sua utilização frequente e em larga escala, em guerras sucessivas, não tem impedido o rápido crescimento da população mundial.*

*As populações encaram a violência com sentimentos contraditórios: curiosidade e prazer, repugnância e ódio. Esta ambiguidade foi aproveitada pelo poder para condicionar os governados a aceitar as formas de violência que convêm aos governantes e a rejeitar as que lhes são prejudiciais. Vemos assim que a violência institucional é, dum modo geral, bem tolerada. Estão neste caso a arbitrariedade patronal, o trabalho precário, o desemprego, a miséria, a prostituição e outras formas de exclusão social, a violência nas prisões e nos quartéis, nos locais de trabalho, alguma brutalidade policial...e até a guerra! Por outro lado o pequeno roubo e a violência física que por vezes o acompanha, a violação, o homicídio e outras formas de violência esporádica cometidas por indivíduos ou grupos, não institucional portanto, desperta considerável repulsa.*

*Esta aceitação da violência institucional, isto é, por parte de quem detem o poder, leva a certa identificação entre os poderosos e as instituições tornando mais aceitável a violência que deles emana. O desfalque efectuado pelo administrador dum banco causa menos indignação que o roubo do relógio pelo pequeno meliante de rua. Pelas mesmas razões a violência contra pessoas de elevada condição social*

### Olha, olha! Um suevo!

Júlio Palma dá-nos uma visão humorística, do homem da rua, de certo congresso em que se degladiaram nortistas e sulistas.

p.2

### Vinte e um anos depois

Breve análise crítica da evolução social portuguesa posterior ao 25 de Abril. Nesta página recorda-se o conceito duma liberdade solidária, contraposta ao conceito liberal de liberdade e recorda-se ainda, resumidamente, a história do 1º de Maio num texto do Industrial Worker.

p. 3

### O canto do condor

Júlio Palma analisa a situação na América Latina, muito especialmente a situação mexicana e a guerra Perú - Equador.

p. 5

### O capitalismo e o Estado russo

Frank Harrison procede a uma análise aprofundada da situação económica e política russa a partir da Perestroika, sem deixar de se referir a alguns antecedentes indispensáveis à compreensão da evolução ulterior.

pp. 6 e 7

### Crianças, drogas e um silêncio a ser rompido

Edson Passetti dá-nos conta dum problema universal, ou quase, mas de acuidade e gravidade muito particulares no Brasil de hoje.

p. 9

### A absolvição de Ferrer i Guardia

O advogado Francisco Molins Fernández escalpeliza o processo judicial aberrante que conduziu à condenação à morte e execução no castelo de Montjuich do grande pedagogo racionalista, fundador da Escola Moderna.

p.10

### Timor e o consenso nacional

Sérgio Duarte procura mostrar que apesar de terem sido os meios de comunicação a revelar o caso OGMA, foram também eles que o deixaram cair no esquecimento sem que se apurassem responsabilidades. Tudo isto em nome de um consenso, que mais não é que o massacre consentido de centenas de milhar de timorenses.

p.12

## EDITORIAL

*é mais repulsiva do que a exercida sobre pobres diabos. Não se compara a indignação inspirada pelo atentado de Oklahoma (em que terão morrido uma ou duas centenas de pessoas) com a quase indiferença e total passividade com que se aceitam os massacres do Ruanda-Burundi, em que terá morrido um milhão de pessoas, ou de Timor, em que pereceram duzentas mil. É que o cidadão americano pertence a uma sociedade rica e poderosa, a mais poderosa dos dias de hoje, enquanto ruandeses e timorenses são membros de países subdesenvolvidos e, como tal, não podem aspirar à plena dignidade humana.*

*Grande parte da violência não institucional que atravessa a sociedade contemporânea decorre da violência institucional nela existente. Desemprego, salários em atraso, trabalho precário, falta de habitação e miséria (resultantes do modelo económico vigente) são as causas próximas de grande parte da criminalidade actual. A própria toxicodependência é em boa medida produto da insegurança e desespero que povoam o quotidiano da nossa juventude. Por isso mesmo as soluções não podem, nem devem, ser procuradas na repressão, mas na alteração do regime económico e dos modelos de desenvolvimento por ele propugnados. Para que tal modificação tenha lugar é indispensável que as pessoas deixem de acreditar no tão apregoado neoliberalismo económico, na economia de mercado e na sociedade de consumo, e simultaneamente reforcem os laços de solidariedade social, tanto à escala local e nacional como internacional. Sem esquecer que essa solidariedade se deve, prioritariamente, aos mais oprimidos e desfavorecidos, dentro e fora do país. Algo que tem a ver com o espírito do 1º de Maio, em todos os tempos e lugares, e do 25 de Abril no Portugal de há vinte e um anos atrás.*

# A BATALHA

O Jornal *A Batalha* surgiu em 23-2-1919, no mesmo ano em que a Confederação Geral do Trabalho (CGT) de que seria porta-voz. A CGT, única confederação sindical existente, agrupava os trabalhadores mais combativos e conscientes da altura e foi, desde início, fortemente influenciada pelas correntes anarquista, anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária. Isto determinou a sua total independência face aos partidos e ao poder político e fez-lhe procurar que as justas reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida os não deixasse esquecer que só uma profunda transformação económica, social e ética permitiria eliminar a opressão e exploração do homem pelo homem. Repudiou sempre, com notável antevisão, que a libertação dos trabalhadores se pudesse alcançar através dum pretensa "ditadura do proletariado" ou do "Estado-patrão".

Hoje, não ligada a qualquer dos movimentos sindicais existentes, de cujos princípios e prática geralmente discorda (embora tenha o maior respeito pelos trabalhadores que os constituem), *A Batalha* continua a pugnar por uma sociedade assente em formas comunitárias de vida, de essência autogestionária e cooperativa, com total respeito pela liberdade de pensamento e pela autonomia individual, em conformidade com os princípios socialistas libertários por que se norteia.

## Olha, olha! um suevo!

A coisa começou mais ou menos assim: o homem de cabelo hirsuto e de barba hirsuta descia a Avenida. À medida que os carros se acumulavam em cima do passeio, ele barafustava.

— Isto é qu'ê uma vida! Já uma pessoa não tem um bocado de passeio pra andar, eles ocupam tudo.

Do outro lado da rua, o agente da autoridade observava-o. E foi-se chegando.

O hirsuto continuava: — Olha pra isto, bonito serviço!

O polícia deixou-o avançar. E, quando já o tinha quase ao alcance da mão, disse-lhe, escudado no seu boné: — Vê lá se te calas, se não tens campo no passeio, vai pro meio da avenida.

Ao que o hirsuto respondeu: — Ó só guarda, nã ma lixe, qu'eu preciso dela...

E o polícia, abespinhado: — Levas uma trancada na mona, que te calas logo...

Retorquiu o hirsuto: — Ó só guarda, mesmo agora me quiseram dar duas seguidas ali em cima e eu não aceitei e agora ia aceitar só uma... homessa!...

E o polícia já um bocado fora de si: — Desaparece mas é daqui...

Continuando a olhá-lo, o hirsuto enfiou

direito à rua do Coliseu.

— Ena! tanta gente pro circo. Os palhaços hoje devem ser bons!

— Ó amigo, veja lá como é que fala. Hoje ali dentro não há palhaços, isto é um congresso do pé-esse-dê.

— Desculpe, eu não quis ofender. Ser palhaço é ser artista, mas se o senhor não gosta de artistas o problema é seu.

O hirsuto virou as costas e atravessou para o outro passeio, ficando a olhar uma montra e ouvindo alguém falar um pouco mais alto e acusar, parecia que com desprezo, essoutros, os sulistas. Sem perceber, fechou os olhos e ficou como que paralisado.

Ele não disse o que viu de olhos fechados. Deixou-nos a possibilidade de imaginar o que poderia ele ter visto associado àquela palavra sulista.

Talvez Homero, no Cais das Colunas, olhando o rio e dizendo a Vergílio: «Fui eu que trouxe até aqui Odisseus, aquele a quem também chamam Ulisses...»

Talvez Sócrates, Platão e Aristóteles, em amena cavaqueira: «Vocês sabem, os poetas não conseguem ter ideias, só têm palavras para fazer poemas, isso é uma cha-

tice, subvertem tudo e não compreendem nada.»

Talvez Heraclito a dizer-lhes: «Aposto que vocês não conseguem banhar-se duas vezes na mesma água deste rio.»

Talvez Abraão ou Isaias, anunciando enigmaticamente: «Havemos de chegar, havemos de chegar.»

Talvez Agostinho de Tagasta, fazendo sinais a Platão como que querendo dizer-lhe que também tinha ali uma Teópolis.

Talvez Maimonides dizendo a Averróis: «Tenho aqui uma carta para uns amigos iemenitas, quanto tempo demorará a lá chegar?»

Talvez pudesse ter visto essa gente a caminho do Coliseu, chegar à porta e dizer em unísono: «Olha ali, olha ali, um suevo!»

O hirsuto podia ter visto isso tudo mas o que ele disse quando abriu os olhos foi:

— Chiça! qu'este marmanjo consegue ver o argueiro nos olhos dos outros, mas não vê a tranca nos dele. Chiça! qu'ele não vê que prôs galegos ele também é sulista. Simplesmente impressionante!

Júlio Palma

## Antologia:

## Parábola

Sob o céu amplo estava o pescador estendido na areia, numa profunda paz. Nem uma nuvem no céu, nem uma ruga na alma.

Não havia ninguém mais na praia até ao fim do horizonte. Só se ouvia brisa e o resfolegar compassado das ondas.

Mas um sinal chegou ao pescador, que lhe deu um leve, imperceptível arrepio. Arrebitou a orelha, voltou a cabeça e viu um ponto negro ao longe.

Já era o vulto de um bípede, já se lhe viam os calções e objectos enroscados ao corpo, e ouvia-se um ruído que queria parecer música. O ruído tornou-se estridente, pouco a pouco cobria o som do mar. O homem aproximava-se do pescador. Os calções eram de xadrez. Trazia um chapéu de palha com fitas. Pendurado ao pescoço um binóculo. Tapava os olhos com lentes escuras. Numa mão segurava o jornal e noutra a pega da telefonia.

— Boa tarde — disse o homem.

— Boa tarde — disse o pescador.

— O que é que o senhor está aí a fazer?

O ruído da máquina de música baralhava a voz.

— Não ouço nada. Cale lá essa coisa — disse o pescador.

O homem fechou o rádio e repetiu:

— Estou a a perguntar o que é que o senhor está aqui a fazer?

— O que estou aqui a fazer? O senhor não vê? Estou a descansar.

— Mas o senhor não tem trabalho?

— Sou pescador.

— Então porque não vai pescar?

O pescador sentiu-se encrespado, mas respondeu:

— Já pesquei.

Insistiu o homem:

— Mas pode pescar mais, em vez de estar aí de papo para o ar.

— Já pesquei bastante para comer hoje.

Mais, só para apodreecer.

— Não precisa apodreecer. O senhor vendia o peixe que pescasse a mais.

— Para quê?

— Ora, para quê! Podia pôr de lado um dinheirito.

— Mas eu não como dinheiro!

— O dinheiro não se come, mas junta-se.

— E que adianta isso?

— Que adianta? Ora essa! Com dinheiro pode comprar coisas. Um barco, por exemplo. O senhor comprava um barco...

— E depois?

— Depois, com o barco pescava mais.

— E que fazia ao peixe?

— O senhor dar no peixe! Não era peixe, era dinheiro. Juntava mais dinheiro!

— E depois?

— Comprava coisas.

— Mas para quero eu as coisas?

— Podia comprar outro barco.

— E depois?

— Tinha dois barcos em vez de um.

— Mas eu não podia governar dois barcos ao mesmo tempo!

— Não precisa. Arranjava um empregado. Olhe eu faço barcos.

O pescador olhou para as mãos do homem, alvas como as de uma donzela.

— Com essas mãos?

— Não faço, mas mando fazer. Tenho uma empresa com muitos empregados. Trabalho todo o dia no escritório, numa apouquentação, mas ganho muito dinheiro. O senhor também pode ter uma empresa.

— Para andar apouquentado?

— Mas podia juntar muito dinheiro.

— E para quê?

— Para quê? O senhor faz sempre a mesma pergunta. Para quê? Para quê? Bom, quando tivesse juntado muito, muito dinheiro, então podia descansar.

O homem estava tonto com o esforço de explicar. O pescador não percebia nada, e disse:

— Descansar? Mas isso é o que já estou a fazer, e não tive trabalho nenhum. O senhor não vê?

Calaram-se os dois. O homem de facto não via e o pescador não percebia porque havia de deixar o seu descanso. O homem endireitou-se, ajustou os óculos de sol, compôs o chapéu de palha, acertou os calções, pegou no rádio e no jornal, e pôs-se a caminho. O pescador nem o viu sumir-se no horizonte, como um ponto negro. Ficou a pensar nesta cena, como se um sonho o tivesse visitado e lhe tivesse deixado um longínquo incómodo num membro. As ondas voltaram a respirar livremente na areia sem mácula. E pouco a pouco voltou a paz à praia. O pescador voltou a estar descansado.

António José Saraiva

### AOS COLABORADORES

- Os artigos não assinados são da responsabilidade da redacção.
- A redacção reserva-se o direito de não publicar ou reduzir, assinalando os cortes efectuados.
- Os artigos não solicitados poderão ser recusados, aceites condicionalmente (mediante alterações acordadas com os autores) ou ser deferida a sua publicação em função da programação geral do jornal. Devem ser claros e sucintos, não excedendo três páginas A/4 dactilografadas a dois espaços, título e ilustrações incluídos. Em caso de recusa haverá sempre explicação oral ou escrita aos autores.

### ASSINATURAS

ANUAL / 6 NÚMEROS

Portugal	680\$00
Europa	1650\$00
Extra-Europa:	
Via de superfície	1650\$00
Via aérea	1950\$00

O pagamento poderá ser efectuado por cheque ou vale postal dirigido a A BATALHA, Apartado 50085, 1702 Lisboa Codex.



## A BATALHA

ANTIGO ORGÃO DA C.G.T.

Fundado em 23 de Fevereiro de 1919

Periodicidade Bimestral

### DIRECTOR

Maria Magos Jorge

### REDACÇÃO

Francisco Trindade

João Santiago

Luís Garcia e Silva

Paulo Guimarães

Sérgio Duarte

### COLABORADORES

António Bracinha Vieira

António Candeias

António Cândido Franco

Bernard Estevez

Carlos Ramos

Edson Passetti

Elisa Areias

Frank Harrison

Jorge Colaço

Jorge Valadas

Júlio Palma

Liberto Sarrau

Manuela Parreira da Silva

Maria Goretti Matias

Moisés da Silva Ramos

### COMPOSIÇÃO

Centro de Estudos Libertários

### IMPRESSÃO

Gráfica 2000, Cruz-Quebrada

### REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

R. Marquês de Ponte de Lima, 37, 2º Dtº 1100 Lisboa Codex

### PROPRIEDADE

Centro de Estudos Libertários

Inscrito na Direcção Geral de Comunicação Social nº 104981

# Vinte e um anos depois

Das esperanças suscitadas pelo golpe militar de Abril à realidade dos nossos dias há uma distância que muitos lamentam. Mas que era previsível. Compreender as razões desse hiato é no entanto indispensável para orientar a nossa acção presente e futura.

Em primeiro lugar as esperanças eram desmedidas. O país era, e continuará a ser um país pequeno e economicamente pouco desenvolvido, consequentemente sem peso significativo nas decisões macroeconómicas e de política internacional. Integrado geográfica, económica e politicamente no bloco ocidental capitalista estava condenado a nele permanecer se quizesse evitar um golpe militar reaccionário (e provável guerra civil) ou, na melhor das hipóteses, um isolamento e estrangulamento económico "à cubana". As forças políticas que procuraram orientar o país para a órbita impropriamente denominada socialista estavam a lançar-nos, conscientemente ou não, numa aventura de consequências não apenas previsíveis mas inevitáveis. Alguns seriam ingénúos, não se apercebendo dos riscos nem do carácter pseudo-socialista do modelo, mas outros seriam menos ingénúos, trabalhando provavelmente por conta alheia com vista a criar um foco de instabilidade no seio da Nato. Ao transportar a guerra fria para o interior de Portugal fomentaram uma intervenção mais activa dos países dominantes do bloco ocidental e uma dependência externa acrescida das forças políticas que rejeitavam o modelo político do leste europeu. Boa parte das energias que se podiam ter aplicado a democratizar o país foram dispendidas nessa versão interna da guerra fria, que deixou feridas difíceis de cicatrizar.

Os que, como nós, não acreditavam nos méritos do capitalismo, privado ou estatal, repudiavam o totalitarismo e conheciam as limitações da democracia representativa, eram uma pequena minoria que assistia confrangida e impotente àquele desperdício de energias e oportunidades. Essa pequena minoria carecia, para mais, de organização no seu sentido mais profundo, isto é, de uma estrutura viva de militantes capacitados por uma acção e cultura comuns. Os velhos militantes da CGT estavam há muito fora dos sindicatos e até da vida profissional activa, dada a avançada idade da maioria dos sobreviventes.

A situação geral do país não era muito melhor. A vida sindical, cooperativa e associativa em geral estiolou durante o meio século de ditadura fascista. Sindicatos e muitas cooperativas foram convertidos em organizações burocráticas do regime corporativo, esvaziados do seu conteúdo democrático e militante.

Em 25 de Abril de 1974 muito poucos portugueses haviam participado em assembleias gerais ou corpos sociais de colectividades de qualquer natureza. A falta de formação cívica prática somava-se a incultura política teórica, resultante da censura e da ausência de discussão livre de ideias. Esta falta de uma ampla camada de cidadãos com efectiva experiência e cultura cívicas deixou grandes vazios na vida colectiva. Vazios que foram preenchidos por funcionários, em larga medida oriundos de clientelas partidárias. Isto era provavelmente inevitável e teria de conduzir, como conduziu, a preocupante redução da vida social à vida partidária. Se se pensar que os partidos são apêndices do Estado, por ele subsidiados e participando em maior ou menor escala no governo, assembleia legislativa e órgãos autárquicos, apreendemos bem a asfixiante estatização da vida social.

Esta partidização / estatização / funcionalização da vida social é, por seu lado, dissuasora da participação dos cidadãos. Cidadãos que os meios de comunicação social e especialmente a televisão - o espectáculo circense da época actual - condicionam à passividade de espectadores / consumidores.

Esta inércia dos cidadãos, esta entrega passiva e aparentemente cómoda ao aparelho de Estado da solução de todos os problemas, é em boa medida a causa da situação actual. Permitiu o autoritarismo crescente, a progressiva restrição das liberdades, os despedimentos selvagens, o desemprego, os salários em atraso, o trabalho precário, as falências fraudulentas, a corrupção, a reconstituição dos grandes grupos capitalistas nacionais, a redução dos benefícios sociais, a destruição do património, etc. Se nem tudo poderia ser evitado a ordem de grandeza destes fenómenos seria certamente menor.

Os partidos políticos na oposição procuram, como é do seu interesse, convencer os cidadãos que a solução está em mudar o pessoal sem alterar as estruturas. O que já ocorreu muitas vezes, no nosso como em outros países, sem benefício significativo.

É imperativo e urgente inverter este processo utilizando os fracos meios de que dispõem aqueles que, como nós, estão fora dos aparelhos político-partidários. Primeiro incentivando à reflexão (alguém disse já na imprensa libertária que **parar e reflectir é um acto revolucionário**) e logo a uma acção consciente visando a auto-organização da sociedade.

Trata-se de um processo demorado, não se podendo esperar milagres. Reabilitar o gosto pela actividade social voluntária, não remunerada, e ao mesmo tempo o gosto pela cultura de si mesmo, é a gran-

de tarefa do momento. A única que permite adquirir lucidez e desenvolver o esforço militante para promover uma crescente auto-organização social. Como disse Chomsky: **se queremos um futuro melhor devemos querer um presente que o prepare, que seja já implicitamente esse**

**futuro.** É preciso criar na sociedade presente o embrião da sociedade futura pois, como reconheceu Baldelli, **o caminho para a sociedade do futuro só pode ser deduzido da direcção actual dos nossos passos.**

Luis Garcia e Silva

## O Dia Internacional dos Trabalhadores



O 1º de Maio - Dia Internacional dos Trabalhadores na maior parte do mundo - tem as suas origens na América do Norte, nos invernos da Nova Inglaterra e nas primaveras Apalaches, que fizeram do 1º de Maio a data escolhida para os trabalhadores da construção civil negociarem as novas condições de emprego ou entrarem em greve. Tornou-se pela primeira vez o feriado mundial dos trabalhadores em 1890 quando o Congresso fundador da II Internacional Socialista (Paris, 1889), a instâncias da Federação Americana do Trabalho, estabeleceu o 1º de Maio de 1890 como data para demonstrações pedindo a jornada de oito horas para os trabalhadores de todo o mundo.

Vinte e três anos antes, em 1 de Maio de 1867 houve em Chicago um grande desfile a favor da jornada de oito horas.

No 1º de Maio de 1886 houve uma série de greves nos Estados Unidos e no Cana-

dá para conquistar a jornada de oito horas. Os trabalhadores conseguiram-no em muitos lugares e noutros obtiveram reduções de dez para nove horas e de onze para dez horas. Os trabalhadores fizeram greve contra os patrões que recusaram a redução de horário (ou que a aceitavam mediante redução salarial).

Em Chicago cerca de 75000 trabalhadores fizeram greve pelas oito horas, havendo confrontos entre grevistas e a polícia quando esta abriu fogo sobre piquetes de trabalhadores. Quando a polícia atacou, a 4 de Maio, uma manifestação de protesto contra a brutalidade policial do dia 1, alguém lançou uma bomba. A polícia aproveitou este incidente como pretexto para proceder à prisão indiscriminada de dirigentes sindicais, quatro dos quais foram mais tarde enforcados após um julgamento considerado universalmente como uma farsa (um quinto morreu na noite anterior à execução e dois outros cumpriram longas penas de prisão).

O assassinato judicial dos Mártires de Haymarket foi um escândalo internacional e a recordação da sua memória passou a ter um lugar importante nas comemorações do 1º de Maio. A I.W.W. tem uma ligação directa aos mártires através de Lucy Parsons, viúva do mártir Albert Parsons, que participou activamente na convenção de 1905 onde foi fundada a Industrial Workers of the World.

O Dia Internacional dos Trabalhadores tem sido desde então celebrado em todo o mundo. Marca uma oportunidade para recordar as nossas raízes, para nos unirmos por cima das fronteiras aos trabalhadores de todos os países e ansiar pelo dia em que o trabalho atingir finalmente a sua emancipação.

(Traduzido do *Industrial Worker*, órgão da I.W.W., Maio de 1995)

## Sobre a Liberdade

Na qualidade de herdeiros que nos prezamos de ser dos ideais da Revolução Francesa adoptamos a trilogia clássica Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Mas adoptamo-la na sua radical indissociabilidade, isto é, qualquer um dos seus termos é apenas um modo especial de dizer os outros dois. Como disse um dia Liberto Sarrau, numa palestra sobre anarco-sindicalismo proferida entre nós, tal como a Santíssima Trindade para os católicos - três pessoas distintas, um só Deus verdadeiro - assim é para nós uma unidade indissolúvel a trilogia republicana.

O esquecimento da Igualdade e da Fraternidade conduziu à concepção "liberal" da Revolução Francesa, em que a liberdade se contradiz a si mesma:

*"Liberal" pode significar liberdade do forte para dominar o mais fraco segundo as regras do mercado; ou pode significar liberdade igual e efectiva para todos usarem e desenvolverem as suas capacidades. A última liberdade é incompatível com a primeira.*

*A dificuldade da democracia liberal é de, durante a maior parte da sua existência...ter tentado combinar os dois sentidos.* (C. B. Macpherson). Foi este mesmo espírito "liberal" que conduziu à afirmação muito difundida de que "a minha liberdade termina onde começa a liberdade de outrem". A esta concepção egoísta os teóricos libertários e outros pensadores por eles influenciados contrapuzeram desde início a concepção duma "liberdade solidária" que, neste aniversário do 25 de Abril, julgamos pertinente rememorar. Aí vão algumas citações.

*Considerados dum ponto de vista social os conceitos de liberdade e solidariedade são idênticos. Contrariamente ao que proclama a Declaração dos*

*Direitos do Homem e do Cidadão, de 1793, a liberdade de cada um não tem por limite a liberdade dos outros mas antes encontra nela o seu ponto de apoio.*

Proudhon

*A minha liberdade não termina onde começa a liberdade dos outros mas, pelo contrário, começa onde começa a liberdade dos outros.*

Bakunin

*Não sou verdadeiramente livre enquanto todos os seres humanos que me rodeiam, homens e mulheres, não forem igualmente livres. A liberdade de outrem, longe de ser um limite ou negação da minha liberdade é, pelo contrário, sua condição necessária e sua confirmação.*

Bakunin

*Todo o homem tem necessidade da liberdade dos outros e, em certo sentido, deseja-a sempre, mesmo quando é um tirano; somente lhe falta assumir com boa fé as consequências duma tal vontade.*

*Só a liberdade de outrem impede que cada um de nós se petrifique no absurdo da facticidade.*

Simone de Beauvoir

*Ver a liberdade como mero meio de autopromoção individual destrói qualquer possibilidade de alguma vez se atingir a liberdade como fim. A liberdade, como fim em si mesma, depende do respeito social e da cooperação: todos têm de ser livres para que cada indivíduo seja livre.*

Susan Brown

# Incineração de resíduos

## Introdução

O grande volume de lixos domésticos e industriais produzidos nos últimos anos levou grande parte das administrações dos países mais desenvolvidos a tentar "eliminar" estes lixos utilizando toda a espécie de metodologias. A primeira e mais usada pelo mundo fora foi a dos aterros, que se vão enchendo pouco a pouco. Ao chegar o momento em que estes aterros começaram a criar problemas (contaminação das águas subterrâneas, cheiros, contaminação do solo, ou simplesmente a desfigurar a paisagem), os tecnocratas dos países mais desenvolvidos inventaram fábricas que solucionariam o problema dos resíduos domésticos e industriais. Designaram estas fábricas "incineradoras de resíduos" ou, forma mais elegante, "instalações de tratamento térmico".

A tecnologia era perfeita e o resultado também: os resíduos entravam por um lado e a escória saía por outro. No fim tudo acabava bem e servia ainda para tapar buracos e fazer estradas. O ciclo fechava-se com perfeição insuspeitada.

Descobriu-se em 1977 que as fábricas incineradoras não eram tão perfeitas como se previa. Detectam-se os primeiros contaminantes procedentes de fábricas incineradoras em resíduos urbanos, mas rapidamente se vai poder extrapolar para os resíduos industriais.

Após alguns anos de estudo científico e técnico dos vários tipos de instalação, de grandes debates em congressos dedicados única e exclusivamente a este assunto e de começarem a aparecer os efeitos destas fábricas, grande parte dos cientistas mundiais estão de acordo com as seguintes premissas:

- Os incineradores de resíduos industriais e domésticos emitem contaminantes tóxicos.
- Provocam efeitos a curto e longo prazo sobre a população.
- Estes efeitos são muito pouco conhecidos, porque há grande falta de informação.
- Desconhecem-se frequentemente os mecanismos de formação destes tóxicos.

Nos últimos anos, a maioria das administrações dos países mais desenvolvidos vai considerar os incineradores como uma "panaceia", um método rápido e eficaz para eliminar os grandes volumes de lixos produzidos.

No entanto, viu-se depois que não era realmente uma "panaceia" e que a incineração de lixos se tornou num grande problema.

Falar de incineradores é falar de determinado modelo de crescimento económico, modelo baseado no "usar e deitar fora". Está à vista a acumulação exponencial dos resíduos resultantes da aceleração dos processos de produção e consumo. O ritmo de crescimento das economias dos países tecnologicamente mais avançados, nas últimas quatro décadas, necessita, para se manter, de forte aumento do consumo. E há inúmeras estratégias que permitem alcançar este objectivo, como a criação de novas necessidades, sentidas como básicas, o estímulo dos desejos pela publicidade, ou a redução da duração de vida dos objectos, seja porque o material utilizado é de inferior qualidade, seja porque o progresso técnico e as flutuações das modas artificialmente criadas e mantidas acelera o processo de obsolescência, encurtando a duração do seu período de vida útil. Actualmente calcula-se que cada habitante de um país medianamente desenvolvido produz vinte vezes o seu peso em lixo, anualmente.

## Descrição de uma fábrica incineradora de resíduos

O processo de incinerar consiste em introduzir resíduos sólidos na fábrica para proceder à sua combustão.

Os lixos, muitas vezes sem qualquer separação prévia, são introduzidos num forno crematório onde se atingem temperaturas de cerca de 800°C. Neste forno vão-se queimando conjuntamente todos os tipos de resíduos, desde a matéria orgânica produzida em casa, até às pilhas, metais, plásticos, móveis, restos de bricolage, etc. Os resíduos industriais não são totalmente destruídos pelas incineradoras.

Dentro do forno produz-se uma transfor-

*O resultado último de uma fábrica incineradora é transferir um resíduo que estava confinado a um ponto para a atmosfera, a água e o solo, bem como produzir substâncias tóxicas, quer dizer, uma fábrica incineradora gera e dispersa resíduos.*

*Existe um desconhecimento muito grande acerca do tipo de contaminantes que se geram e da sua quantidade e, portanto, acerca do seu impacto ambiental.*

*A contaminação não se paga. A maneira de levar a cabo uma redução de resíduos é evitar a criação de novos incineradores e de novos aterros, já que são tecnologias para tratar resíduos de que beneficiam apenas uns quantos.*

*O problema da geração de resíduos e do que fazer com eles tornou-se um dos maiores desafios a enfrentar. A obrigação de minimizar, seleccionar, reciclar, reutilizar e tratar impõe-se como uma iniludível necessidade.*

mação da matéria que tem como resultado a saída em forma de gases, emitidos para a atmosfera, e a saída em forma de escórias ou cinzas.

No primeiro caso, os gases dispersam-se na atmosfera sem (aparentemente) qualquer tipo de problema, dado o seu desaparecimento visual.

No segundo caso, a escória ou cinzas, produtos de qualquer combustão de materiais sólidos, representa aproximadamente 30% do volume de lixos inicial. Este resíduo vai parar normalmente a aterros ou ser utilizado, em vários países, para encher buracos e fazer estradas.

Como se vê o ciclo de incineração é totalmente aberto. O efeito resultante é uma diminuição de volume do resíduo, que finalmente acaba no aterro, e uma saída através da chaminé. Portanto, o resíduo que se tinha concentrado num ponto escapa através da atmosfera, através das águas subterrâneas e através do solo. Mas nem sempre é assim e, além do mais, o resíduo produzido pelas fábricas incineradoras é muitas vezes mais tóxico que os seus precursores, com aparecimento de substâncias que não estavam no resíduo de entrada (dioxinas, furanos...). Resumindo, as fábricas incineradoras são geradoras de resíduos tóxicos perigosos.

## Saídas da incineradora

Pela chaminé saem os gases e partículas que não ficaram retidos pelas medidas correctoras, quando existem. Em primeiro lugar há que falar dos gases típicos de qualquer combustão, como o dióxido de carbono e o vapor de água. As altas temperaturas de A combustão conduzem à formação de óxidos de azoto a partir do azoto e oxigénio do ar. Há que falar também dos gases típicos da combustão de plásticos, que contêm cloro, e de outros resíduos que contêm enxofre. Os metais também ocupam o seu lugar, em forma de gás ou de partículas, e finalmente os compostos orgânicos.

Dependendo da altura da chaminé e da meteorologia, estes contaminantes podem difundir-se num raio maior ou menor de quilómetros à volta da fábrica incineradora.

As escórias, que constituem a saída em forma sólida, têm concentrações muito altas de certos contaminantes, pelo que não é conveniente que sejam lançadas em aterros convencionais e que seja, pelo contrário, garantido um acompanhamento aturado e prolongado do local onde são depositadas.

Existem dois problemas com as escórias procedentes da incineração: por um lado o grande volume que representam, por outro a grande concentração de substâncias tóxicas que contêm. Neste momento não se sabe que fazer com estes resíduos e as soluções têm sido, até agora, desastrosas: aterros incontrolados e não identificados (com o grande perigo que comportam), tapar buracos em pedreiras, ou a reutilização em várias obras públicas. Em qualquer destes três casos, o perigo de emanações gasosas ou de infiltrações de águas suscita problemas que não estão ainda totalmente avaliados.

## Os três tipos de contaminantes que emitem as incineradoras

1. Resíduos não queimados: são aqueles que, com as temperaturas de combustão utilizadas, as fábricas incineradoras não conseguem queimar.
2. Metais: não procedem apenas dos re-

síduos, mas também dos contentores que muitas vezes se introduzem na fábrica. Segundo a EPA (Agência de Protecção do Meio Ambiente dos Estados Unidos), os metais podem ser emitidos pela chaminé na forma de gases e de partículas, salientando-se a presença de chumbo, arsénio e crómio.

Calcula-se que 53% dos metais são emitidos na forma gasosa e o resto em forma de partículas. Além disso também se encontram nas escórias, onde se atingem concentrações muito altas de metais pesados.

3. Produtos de combustão incompleta (PIC): uma vez que as moléculas orgânicas fragmentadas saem do forno a temperatura relativamente alta, podem tornar a combinar-se entre si dando lugar, segundo a EPA, a substâncias mais difíceis de controlar e frequentemente muito mais tóxicas que as suas precursoras. Um estudo realizado pela EPA em várias fábricas incineradoras mostrou que se podem identificar os seguintes produtos de combustão incompleta: benzeno, clorofórmio, tetracloroetileno, naftaleno, formaldeído, dioxinas e furanos. Mas estes compostos representavam apenas 1 a 10% dos hidrocarbonetos que saíam em forma de gás pela chaminé, ficando ainda 90 a 99% de hidrocarbonetos por identificar. Deve também sublinhar-se que alguns destes compostos, concretamente as dioxinas e furanos, são cancerígenos, teratogénos e mutagénos, com a agravante de não se saber

mostrar que cerca de 93% do clorofórmio e 62% do tolueno que existia no ar à volta da incineradora provinham das emissões por fuga. Portanto, a contaminação não vem apenas do núcleo da incineradora, mas todo o espaço à volta da fábrica deve ser considerado em termos de impacto ambiental.

## Medidas de correcção

Há dois tipos de medidas correctoras para evitar o escape de substâncias para a atmosfera. Por um lado os electrofiltros, que são indispensáveis em qualquer indústria medianamente importante que gere partículas. Estes electrofiltros fazem com que as partículas se depositem por atracção electrostática numas placas que periodicamente recebem uma sacudidela para que as partículas se desprendam e caiam. Normalmente estas partículas, que contêm metais e compostos orgânicos, juntam-se à escória para lançar no aterro. Em segundo lugar os purificadores, que consistem normalmente em cortinas de solução aquosa com compostos que retêm gases e partículas, pelo que esta água se torna residual, sendo tratada seguidamente num depurador.

Com estas duas medidas de correcção, os contaminantes conseguem escapar-se pelos três meios: água, atmosfera e solo. O resultado final é uma transferência do problema, não a sua solução.

## Medidas de Controlo

Não há métodos óptimos para medir a contaminação procedente das fábricas incineradoras, principalmente por três razões:

- O processo é muito complexo
- Há muitas diferenças entre uma fábrica e outra
- As dificuldades dos dosagens de contaminantes são muito grandes.

As análises de contaminantes na atmosfera são pontuais e não representam a contaminação média que se emite durante as 24 horas do dia, durante um mês, durante um



ainda os mecanismos pelos quais produzem estes efeitos. Estes compostos não se encontram apenas nas emissões atmosféricas, mas estão também presentes nas escórias, o que faz com que estas não sejam de maneira nenhuma adequadas para a construção de estradas, preenchimento de buracos, ou para os aterros convencionais.

## Emissões por fuga

Nem todas as emissões de contaminantes procedentes das fábricas incineradoras vêm da chaminé e das escórias, havendo que ter em conta as emissões por fuga que se produzem nas etapas de transporte, armazenamento e processamento dos resíduos. Segundo a EPA "as emissões por fuga e por acidente podem deixar ir para o meio ambiente tantas ou mais substâncias tóxicas que as produzidas pela emissão directa procedente da incineração incompleta de resíduos". Um estudo realizado numa incineradora de pesticidas veio

ano... Haveria que proceder-se a métodos de análise em contínuo, o que por enquanto não é possível para a maior parte dos contaminantes. As análises das escórias são difíceis e caras.

Em geral há grande falta de aparelhos, de técnicos, de laboratórios e de infra-estruturas em geral para fazer o acompanhamento técnico do impacto ambiental gerado por uma fábrica incineradora.

## Outros Países

**Holanda:** fecharam-se algumas fábricas incineradoras por causa das emissões de dioxinas e foi necessário sacrificar os animais e as colheitas à volta das fábricas; alguns aterros que continham escórias de incineradoras tiveram que ser despojados, para extracção e tratamento do solo.

**Alemanha:** assiste-se a uma discussão científica muito dura em todo o país e propõe-se uma moratória para a incineração de resíduos.

Conclui p. 8

# O canto do condor

De acordo com as previsões da revista *The Economist*, o ano de 1995 seria o grande ano da América Latina. Iríamos assistir a um renascimento económico tão profundo como o que começou na Ásia Oriental há vinte anos ou na Europa Ocidental há quarenta anos (*The World in 1995*). Depois do desaparecimento dos Tupamaros, dos Montoneros, do MIR chileno, do Sendero Luminoso peruano, agora é que as taxas de crescimento económico trepariam a olhos vistos. Todavia os primeiros três meses do ano parecem querer desmentir os peritos de *The Economist*.

O México, apertado pelos zapatistas e pelo capital financeiro, entrou em colapso. Na Venezuela os caracazos deixam marcas, aparecendo agora uma onda nacionalista que já faz estragos na fronteira com a Colômbia — o contrabandista que já fora considerado o primeiro integrador da economia, surge agora como um elemento perturbador e até mesmo ameaçador. No Peru, Fujimori, invocando regras de segurança — o perigo do Sendero —, autocrizou-se.

É neste contexto que terá de ser compreendida a guerra recente entre o Peru e o Equador, dois estados que até pertenciam à mesma aliança — o Pacto Andino, que englobava também a Bolívia a Colômbia e a Venezuela. Note-se que uma das primeiras medidas de Fujimori, depois do seu golpe palaciano foi a suspensão da participação do Peru nas decisões relativas ao Pacto, tendo pedido a reintegração na Primavera de 1994, mantendo contudo a decisão autocrática interna — os apelos para o «isolamento do ditador», como o do escritor Gustavo Gorriti no *New York Times* (publicado *International Herald Tribune*, 28-12-92), não surtiram efeito.

Do lado da mais pequena república da região andina, o Equador, a situação agravou-se porque sempre teve problemas com os vizinhos no que diz respeito às suas fronteiras. Se levarmos em conta alguns dados que coligimos da *Enciclopédia Universal*, da Espasa-Calpe, ou do *Dictionnaire de Géopolitique*, da Flammarion, facilmente se concluirá que a delimitação da fronteira Peru-Ecuador sempre foi complicada. Já nos anos 20 se tinha tentado chegar a um acordo e em 1941 ocorreram incidentes fronteiriços, apesar de em 1936 os dois países se terem comprometido a enviar delegados a Washington e terem estipulado que ambos «manteriam o *status quo* das suas actuais posições territoriais até ao termo das negociações em Washington e do processo arbitral, sem que isso implique reconhecimento, por uma das partes do direito da outra aos territórios actualmente possuídos» (*Enciclopédia*). Trata-se de dispor do acesso à bacia amazónica.

Uma vez que em 1941 não se consegue uma solução satisfatória, fica aprazada para o ano seguinte no Rio de Janeiro a discussão do assunto na conferência magna das nações americanas. De facto, relata a *Enciclopédia*, «a 29 de Janeiro de 1942 ficava resolvida a questão territorial entre o Equador e o Peru, assinando ambos os países no Rio de Janeiro um protocolo de paz, amizade e limites, em que ambos renunciavam às suas reivindicações máximas, pondo fim com isso ao litígio que havia quase um século pusera os dois países irmãos em luta. A solução dada pela conferência inter-americana localizou a ocupação efectiva dos territórios, tendo portanto o Equador renunciado à anexação das províncias de Tumbes, Jaén e Mainas, e o Peru reconheceu o direito do Equador a servir-se do Amazonas, por ser também país amazónico.

Portanto a navegação fluvial do Equador executa-se em igualdade de condições com a Colômbia e o Brasil (...) A demarcação baseava-se nos princípios de *status quo* de 1936 e tratava-se de uma linha fronteiriça que consolidava a ocupação do Peru, sem ter em conta as reivindicações históricas». Pensou-se que tal era um bom exemplo. O desenrolar do processo encarregou-se de negá-lo. Só que desta vez parece que a vantagem militar pertenceu pela primeira vez ao Equador. E isto pode ser mais um dado novo. Perspectiva-se uma corrida aos armamentos — e parece que já hoje mesmo, em surdina, se faz a venda de mais armas a ambos os contendores.

A cordilheira do Condor — o lugar onde se travaram os combates mais acirrados — continuará a ser disputada, independentemente da vontade dos seus habitantes autóctones. É assim o sistema capitalista. Será que a ave que deu o nome à cordilheira não poderá continuar a voar e a cantar sossegadamente no seu cantinho?

Júlio Palma

## George Woodcock



George Woodcock

No dia 28 de Janeiro último faleceu em Vancouver (Canadá), aos 82 anos, George Woodcock. Embora nascido no Canadá (Winnipeg) em 1912, veio muito pequeno para a Grã-Bretanha com os pais. Orfão de pai muito jovem não pôde ir além dos estudos secundários por dificuldades económicas familiares. Empregado de escritório, começou muito cedo a escrever para jornais e revistas. Pacifista (objector de consciência durante a II Grande Guerra) e anarquista, escreveu para *Freedom* e *War Commentary*. Quando três dos quatro redactores desta última publicação foram presos juntou-se a Maria Luisa Berneri, filha do grande militante e teórico anarquista italiano Camilo Berneri (assassinado pelos comunistas em Barcelona, em Maio de 1937) para prosseguir a sua publicação. Foi com Orwell, Bertrand Russell, Herbert Read, Harold Laski e outras bem conhecidas figuras públicas britânicas, um dos criadores da Comissão para Defesa da Liberdade de Imprensa. Voltou ao Canadá em 1949 onde ganhou a vida como escritor, jornalista e locutor. Algum tempo docente da Universidade de Washington, até ser forçado a abandonar os EUA por ser anarquista, foi posteriormente contratado pela Universidade da Columbia Britânica, onde foi professor sem nunca haver frequentado o ensino dito superior. A despeito de alguns diferendos com o movimento anarquista inglês manteve contactos e colaboração na sua imprensa. Fez muito pela difusão das ideias anarquistas no Canadá. Foi também grande defensor da literatura canadiana, tendo fundado a revista *Canadian Literature*, de grande prestígio. Escritor prolífico (centena e meia de livros e outras publicações), tanto na área literária como na política, colaborou em jornais e revistas libertárias canadianas como *Our Generation* (Montreal), *Open Road* (Vancouver) e *Kick it Over* (Toronto), em enciclopédias (*Encyclopedia of Philosophy*, *New Encyclopedia Britannica*) e foi autor de numerosos livros, entre os quais se contam biografias de Godwin, Proudhon, Kropotkin, Oscar Wilde, Orwell e Gandhi, entre outras. Uma das suas obras mais conhecidas *Anarchism - a History of Libertarian Ideas and Movement* (1962) foi traduzida para português, com o título *O Anarquismo* (Editora Meridiano, 1971). Julgamos ser mesmo a sua única obra traduzida entre nós. Os leitores interessados na sua obra poderão encontrar alguns dos seus títulos mais importantes, em língua inglesa, na nossa livraria e biblioteca.

Luís Garcia e Silva

### O legado anarquista de Woodcock desafia o branqueamento feito pelos meios de comunicação social

Morreu sábado, 28 de Janeiro. Na segunda feira o processo de branqueamento deste grande e velho anarquista estava já em curso acelerado.

Muitos jornalistas mostraram grande relutância em dizer que George Woodcock era anarquista. Atenuavam a afirmação qualificando-o de "anarquista filosófico", isto é, sem conexão com o movimento anarquista ou organizações empenhadas em alterações sociais radicais. Principiando pelo primeiro noticiário radiofónico da segunda feira após a sua morte. O anarquismo de Woodcock foi mencionado de passagem quando se deveria ter dito que essa filosofia política dera forma a tudo quanto fez, disse e escreveu ao longo da vida.

#### Espírito Livre

Era um escritor político por excelência. Em tudo o que escreveu — poesia, drama, biografia, viagens, literatura de vários géneros — procurou o espírito de liberdade imamente a todos os seres humanos (busca da individualidade e da cooperação, da autoconfiança e do auxílio mútuo). Em todas as observações da história e da sociedade procurou evidenciar as formas de organização social que reflectiam uma implícita sensibilidade libertária (autonomia e solidariedade, responsabilidade individual e comunidade).

#### Cultura Política

Talvez isto tenha mais a ver com a cultura política que com os jornalistas. Os que falam de Woodcock são analfabetos políticos que pouco sabem de anarquismo. Falar de Woodcock é reconhecer que o seu grande mentor foi o geógrafo, revolucionário russo e radical Pedro Kropotkin. O anarquismo de Woodcock era o anarco-comunismo de Kropotkin e não o anarco-individualismo de Stirner ou o anarco-sindicalismo de Bakunin. Kropotkin não foi apenas a maior influência intelectual recebida por Woodcock, mas a sua personalidade bondosa, atenciosa e gentil foi também de algum modo modelada pelo seu mentor. As minhas relações com Woodcock datam dos anos sessenta, por via dum discordância pública sobre a nova esquerda. Mas em 1968 ele aceitou o meu convite pa-

ra contribuir para uma colecção de ensaios que editamos com George Benello e intitulada *"Em prol da democracia participativa"*. Woodcock escreveu um brilhante ensaio sobre democracia directa.

Em 1978-79 aceitou integrar a redacção de *Our Generation*, jornal que se ocupava da teoria e prática do anarquismo contemporâneo e do socialismo libertário. Permaneceu ligado a esta publicação até à morte, contribuindo com vários ensaios políticos e críticas de livros, bem como financeiramente. Mas a nossa colaboração mais importante foi a edição das obras completas de Kropotkin. Começamos a corresponder-nos nos anos oitenta acerca deste importante assunto e acordamos finalmente num esquema de trabalho em Vancouver, 1988. A ideia era publicar, os 10 livros que Kropotkin escreveu, alguns há muito esgotados. Woodcock era internacionalmente reconhecido como uma autoridade em Kropotkin. Empreendemos a publicação dos livros, cuidadosamente apresentados com introduções e notas de Woodcock, salientando a relevância contemporânea do anarquismo de Kropotkin. Woodcock abraçou o projecto com entusiasmo e competência, oferecendo-se mesmo para fazer a primeira tradução para inglês das *Palavras dum Revoltado*.

#### Ensaio não publicados

No decurso deste projecto descobriu, com grande entusiasmo, uma série de ensaios que publicamos como volume 11º das Obras Completas, intitulado *Evolução e Ambiente*; trabalho profético, repleto de conceitos valiosos. Infelizmente Woodcock morreu antes de ver publicado este último livro.

Esta magnífica colecção das obras de Kropotkin, em que Woodcock trabalhou arduamente nos seus últimos anos de vida, foi completamente ignorada, como era previsível, pelos meios de comunicação social canadianos. Nem uma palavra no *Globe and Mail*, no *Quill And Quire* ou outros. Como se todo este trabalho simplesmente não existisse. Acaso surpreende que George Woodcock, neste momento em evidência, surja não como o homem que realmente era mas numa sua versão asseptizada?

Dimitrios Roussopoulos

Frank Harrison, colaborador do nosso jornal bem como das revistas "Our Generation" (Montreal) e "Anarchist Studies" (Londres) esteve entre nós e proferiu no C.E.L., em 25 de Fevereiro último, a conferência que nestas páginas se publica. O autor é professor de Ciência Política na Universidade de S. Francisco Xavier, Nova Escócia (Canadá) e tem dedicado especial atenção aos problemas dos países de leste.

Crenças, ideologia e cultura política são determinantes do comportamento humano e, provavelmente, cruciais para a resposta das populações (dos governados) à dominação. As ideias confundem-nos e dominam-nos. Quem aprisiona a imaginação aprisiona a razão e a liberdade de escolha. Foi esta perspectiva que levou os anarquistas a salientar o poder da ideologia como fonte de hierarquia. Com Bakunin, vemos o marxismo, o socialismo dito científico, como o programa político dum elite que justifica o seu domínio com um materialismo histórico e/ou dialéctico dogmáticos, sustentáculo de "uma nova classe sacerdotal". Sempre nos preocupamos com o que Proudhon denominou a Ideia (da "organização sem autoridade") para desafiar as formas estabelecidas ou emergentes de autoridade hierárquica.

Nesta perspectiva, examinando a evolução que conduziu o Estado soviético ao colapso, em 1991, e a ulterior luta política e económica por alternativas, estabelecemos quatro postulados para análise:

1ª - A URSS foi um regime guiado pela sua ideologia.

2ª - A ideologia deixou de ser persuasiva, não só para população em geral mas para a própria "classe sacerdotal".

3ª - Na evolução da opinião que alguns designam de vazio ideológico, a ideologia neo-liberal do capitalismo de mercado e da democracia liberal ganhou preponderância.

4ª - No Leste como no Ocidente este novo "utopismo" é destruído da estabilidade social, gerando oposição.

Examinando cada uma destas alíneas, verificamos que a orientação e inibições ideológicas dos regimes comunistas é hoje geralmente aceite. Nikolai Riskov, primeiro ministro no tempo de Gorbachov, afirmou:

"... de facto, na nossa sociedade sempre houve supremacia da ideologia sobre todas as coisas... A prioridade da ideologia sobre a economia não é uma frioleira, pormenor ou capricho, não é estupidez de alguns dirigentes - é a essência do modelo em que vivemos. É o seu fundamento".<sup>1</sup>

Notando isto, os adversários da Rússia durante a Guerra Fria, sobretudo americanos, ergueram-se contra quem via sinais de reformismo ou pragmatismo na política, doméstica ou internacional, do partido comunista. Os adeptos de Richard Pipes e Robert Conquest viam no marxismo soviético uma oposição ao individualismo liberal e ao Ocidente e consideravam hipócritas as reformas internas e a *détente*.

Para Conquest, a iniciativa da Guerra das Estrelas de Reagan, desviando biliões de dólares para a criação de fantásticos brinquedos militares foi o último prego no caixão soviético. Levou à bancarrota a economia da URSS:

Ao acusar os académicos soviéticos de incapacidade e de preconceitos pró-soviéticos e pró-marxistas, acusavam também a CIA de subestimar a fracção da economia soviética investida na produção militar. Fulminavam também os que, como nós, pensavam que a escalada nuclear podia efectivamente conduzir à guerra nuclear.

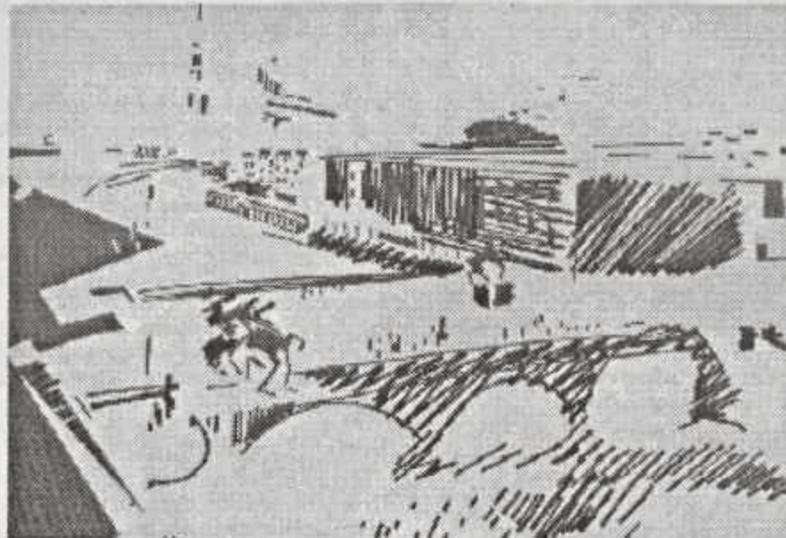
O maniqueísmo da direita americana, dividindo o mundo em bons e maus e vendo a vitória da política externa americana (e da NATO) no colapso da URSS, é demasiado simplista para ser persuasivo. Muitas outras variáveis estão em jogo; e quando tomadas em consideração conclui-se que eram mais importantes os factores internos que os assuntos militares - faceta apenas dum quadro mais vasto.

Ao pensar em termos causais no colapso da URSS devemos identificar, pelo menos, os seguintes factores adicionais: declínio económico, escassez alimentar devido ao desastroso sistema agrário, escassez de habitação e de bens de consumo,

expectativas populares não satisfeitas, alienação dos intelectuais, corrupção das elites políticas e económicas, conflitos entre nacionalidades e a incapacidade generalizada para resolver estes problemas em virtude do conservadorismo burocrático, dos interesses estabelecidos e do cinismo geral quanto aos símbolos e vocabulário que procuravam legitimar o regime. A ideologia, que em cada sistema político serve para mascarar a realidade e estabelecer o controlo, mesmo quando contraria os factos com que seus cidadãos contactam diariamente, atingiu o ponto de rotura.

Este fracasso estendeu-se aos dirigentes, ao PCUS. A classe sacerdotal perdeu a fé no seu dogma e a perda dos objectivos e sentido do regime tornaram os slogans igualitários e humanistas tão risíveis e obscenos, que nem o monopólio dos meios pelo partido podia esconder. Edward Crankshaw descreveu "a sordidez mental e moral dos quadros médios da administração soviética..."

"O seu servilismo, mentira descarada, traição e covardia são tão evidentes, a sua ignorância tão profunda, a estupidez tão absoluta, que achamos difícil transmiti-la com credibilidade aos afortunados que nunca se confrontaram com ela."<sup>2</sup> O melhor que se pode dizer de Gorbachov é que tentou uma reforma a partir de cima e falhou. A podridão era muito profunda. Nem os seus amigos comunistas nem o povo o acreditaram. Não há dúvida que Gorbachov era comunista, que desejava reconstruir o sistema socialista e que para o fazer procurou elementos da ideologia que haviam sido meros disfarces (participação popular na política e na administração, liberdade de expressão e mesmo partidos alternativos - sob a rubrica *glasnost*). Os seus colegas mais antigos do PCUS, incapazes de aceitar isto, iniciaram o golpe abortado de Agosto de 1991 e descobriram quão destróçados haviam sido o Partido e a sua Ideia. Nem sequer o KGB e o exército puderam ser persuadidos e o autoproclamado Comité para o Estado de Emergência foi deixado num isolamento inglório. Foi também o fim de Gorbachov, cujo sustentáculo era o Partido.



Nadir Afonso, Pontes de Leninegrado, 1984

A Ideia nova que preenchia o vácuo do Estado socialista era a do mercado. A Nova Política Económica do período de 1921-28 começou a ser discutida em pormenor no período em que Gorbachov era Primeiro Secretário do Partido (1985-91). O objectivo era introduzir a propriedade privada no pequeno comércio, na agricultura e na venda "a retalho". Como nos anos vinte a "avança de comando", a grande indústria, permaneceria no domínio público - mas adtrita a princípios de eficiência medidos pela rentabilidade. Isto não era original, pois esforços para orientar a economia dirigida pa-

# O capitalismo

ra o "socialismo de mercado" haviam sido já tentados pelo Primeiro Ministro Kosigin em meados dos anos sessenta. Gorbachov foi simplesmente mais radical na sua reestruturação (*perestroika*); e encontrou ampla oposição nas elites económicas e do Partido cujos privilégios ameaçava.

Gorbachov relatou os seus seis anos de mandato quando resignou à Presidência da URSS - um país prestes a deixar de existir quando Ieltsin, Presidente da Rússia, negociou a independência das outras repúblicas e a criação dum frouxa Comunidade de Estados Independentes. Encarecendo os seus esforços, afirmou:

"...foi um trabalho com significado histórico. Foi eliminado o sistema totalitário que há muitos anos privava o país da oportunidade de ter êxito e ser próspero... Eleições livres, liberdade de imprensa, liberdade religiosa, órgãos de poder representativos, sistema multipartidário tornaram-se realidade e os direitos humanos são reconhecidos como princípio supremo. Iniciou-se o movimento para uma economia diversificada, para a igualdade de todas as formas de propriedade, os agricultores voltam de novo à vida no quadro dum reforma agrária... milhões de acres estão a ser entregues a pessoas que vivem no campo e nas cidades. A liberdade económica do produtor foi legalizada e a actividade empresarial, a co-propriedade e a privatização ganharam actualidade."<sup>3</sup>

Gorbachov estava talvez a sobrestimar o caso. Contudo, mesmo ao demitir-se estava a propor uma nova Ideia - a de que o capitalismo de mercado numa democracia representativa era a solução para as dificuldades dum Estado socialista falhado.

A fé utópica no capitalismo tornou-se a ideologia em voga para a elite política na Rússia e em quase todos os Estados anteriormente socialistas da Europa central. Estava em moda dizer-se na imprensa "O Ocidente ganhou!" quando os regimes comunistas colapsavam e a URSS se desintegrava. E assim tinha acontecido, numa perspectiva ideológica. Na verdade a conquista da opinião pública ocidental pelos economistas neo-liberais parecia ter encontrado terreno mais fértil ainda no Oriente, onde a palavra "socialismo" se achava intimamente associada às privações do passado. Confrontados com as deficiências da economia planificada, as teorias do merca-

na produção dos bens e serviços procurados pelo público.

3. Na medida em que a riqueza (e emprego) é criada por indivíduos (e "indivíduos legais" como as empresas multinacionais) devem reduzir-se os impostos sobre a riqueza.

4. Devem evitar-se subsídios estatais a empresas ineficientes (públicas ou privadas) pois perturbam as regras do investimento. As empresas ineficientes devem ser forçadas à reestruturação ou ao encerramento.

5. Mobilidade e reciclagem profissional são essenciais a um sistema cada vez mais dinâmico de produção pós-industrial. Deve pois eliminar-se o "excessivo" apoio social, tal como sindicatos poderosos e salários mínimos.

6. A desigual repartição da riqueza é inevitável e desejável, proporcionando estímulo e iniciativa ao investimento, liderança à administração e entusiasmo do trabalhador.

7. Nesta era de expansão do comércio internacional e de crescente mobilidade do capital, as empresas devem preparar-se para competir globalmente, desde que a condição 4) se mantenha.

Esta ideologia de capitalismo de mercado caminhou tão bem que os social-democratas neo-zelandeses começaram a aplicá-la. Os conceitos em debate deslocaram-se a tal ponto nas duas últimas décadas que é dada por adquirida a prioridade do sector privado - e a direcção do Partido trabalhista britânico, sob Tony Blair, procura activamente a rejeição da cláusula 4, isto é, a fidelidade do partido ao princípio da propriedade pública.

Os defensores desta ideologia vêem uma solução radiosa, embora com desigualdades, no termo do caminho para o desenvolvimento:

"O rendimento britânico *per capita* (por exemplo) atingirá provavelmente 50.000 dólares por ano em 2040. Os ricos serão espectacularmente ricos mas os pobres não serão, em termos absolutos, particularmente pobres."<sup>4</sup>

Em 1994 o GDP *per capita*<sup>5</sup> era, em dólares, de:

Reino Unido	18950
Portugal	6900
Canadá	20800
E.U.A.	27400
Rússia	2270

(The Economist: The World in 1995)

Este é o resultado que esperam os partidários russos do mercado livre - e como bons democratas que são esperam também algum auxílio material; esperança ilusória, como se viu.

Entretanto russos e outros europeus de leste parecem não ter percebido o lado negativo da chamada economia da oferta e da procura: gerar pobreza e desemprego em larga escala como demonstraram os anos de Thatcherismo em Inglaterra. Criou-se uma classe inferior cada vez mais abandonada a si mesma por um Estado menos intervencionista. Até os capitalistas o reconhecem. O Inquérito ao Rendimento e Riqueza da Fundação Joseph Rowntree (presidida por Sir Peter Barclay e incluindo o director-geral da Confederação da Indústria Britânica, Howard Davies) publicado em Fevereiro de 1995, refere que a evolução económica no Reino Unido (redução de quadros, despedimentos, redução salarial, destruição de postos de trabalho permanentes e ausência de oportunidades) aumentou significativamente as desigualdades, diminuindo os rendimentos dos 20% mais desfavorecidos da população. Os que têm menos de 25 anos são hoje mais pobres que o grupo equivalente em 1920! E diz-nos que devem ser consideradas as repercussões políticas daí resultantes:

"Independentemente de quaisquer razões ou sentimentos morais, todos estão interessados numa certa coesão da sociedade. ... À medida que aumenta a diferença entre ricos e pobres, os problemas dos grupos marginalizados que vão sendo deixa-

# e o Estado russo

dos para trás repercutem-se na maioria instalada confortavelmente".<sup>6</sup>

"Repercutem-se"? Digamos antes que geram numerosas formas de comportamento agressivo, do criminal ao político!

Entretanto, em frente com o programa. O conselho do *The Economist* ao Chanceler Kohl no princípio de 1995 era:

"A Alemanha necessita doutra grande dose de desregulamentação e privatização para permanecer competitiva. Tem que cortar subsídios e reduzir o seu sistema de segurança social ainda exagerado para diminuir a dívida pública".<sup>7</sup>

De facto a recomendação é para todos. "A oferta e a procura" são apresentadas como única ortodoxia económica:

"Desregulamentação, competição, privatização serão o lema de todos os países no próximo ano. As telecomunicações por computador serão a força de mudança, quer movendo o capital através das fronteiras daqueles países que resistem ao mundo novo, quer forçando à mudança do nosso modo de viver e trabalhar. Os "empregos vitálicos" dos japoneses, os enormes benefícios sociais europeus e todos os empregos pagos pelos contribuintes devem ser postos de parte".

Assim falava Dudley Fishburn, editor de *The Economist*.<sup>8</sup>

Voltando à Rússia, que é que lhes traz esta nova (ou velha, na medida em que tem a benção de Adam Smith, Ricardo e do darwinismo social) ideia? Devemos começar por reconhecer que, no momento em que escrevemos, a Rússia não tem nada que se assemelhe a uma economia de mercado como a conhecemos no Ocidente. O socialismo de Estado (ou, se preferirem, o capitalismo de Estado) sempre se baseou na repartição dos recursos pelo centro (Gosplan) e as "reformas" pré-colapso pouco fizeram para mudar esta realidade. Quando a URSS deixou de existir colapsaram as relações comerciais entre empresas nas quinze repúblicas, agora Estados soberanos. Deixadas cada vez mais aos seus próprios recursos, as empresas industriais produziam bens que os seus anteriores compradores não queriam (e não eram mais obrigados a receber ou a pagar). Dívidas por falta de acordo inter-empresas ou por não pagamento de subsídios por parte do governo, ultrapassaram a capacidade de resposta. Para todos os efeitos havia bancarrota generalizada, cuja solução, em termos de economia de mercado, era fechar e despedir o pessoal. Esta solução era politicamente inaceitável, tanto para o poder central como para as 88 regiões. Ignorando progressivamente Moscovo, as elites políticas e económicas regionais fizeram alianças de conveniência com os seus trabalhadores, procuraram acordos de permuta de bens e protegeram o *status quo*. Isto não é surpreendente se recordarmos que as habitações e pensões dos trabalhadores estavam ligadas a empresas específicas. Além disso reduzia significativamente a autoridade de Moscovo sobre as regiões e as empresas, especialmente com a demissão da única verdadeira organização de integração estatal - o PCUS.

Neste contexto um "mercado livre" de bens e serviços começou a desenvolver-se. As carências de bens, endémicas no sistema antigo, estimularam a inflação e o Banco estatal, a manter as impressoras a trabalhar, geraram uma taxa de inflação de cerca de 2000% ao ano, nos dois anos que se seguiram à demissão de Gorbachov. Em 1994 a taxa de inflação, a despeito da redução draconiana das despesas governamentais, era ainda de 300% - e para 1995 prevê-se que seja de 150%. Interrogamo-nos quanto ao tipo de decisões económicas "racional" que podem ser tomadas neste clima.

Tem estado em curso a privatização - e isto significa pouco menos que mera alienação pelo Estado. Têm sido distribuídas acções à população. Alguns administradores e trabalhadores têm tomado conta das suas em-

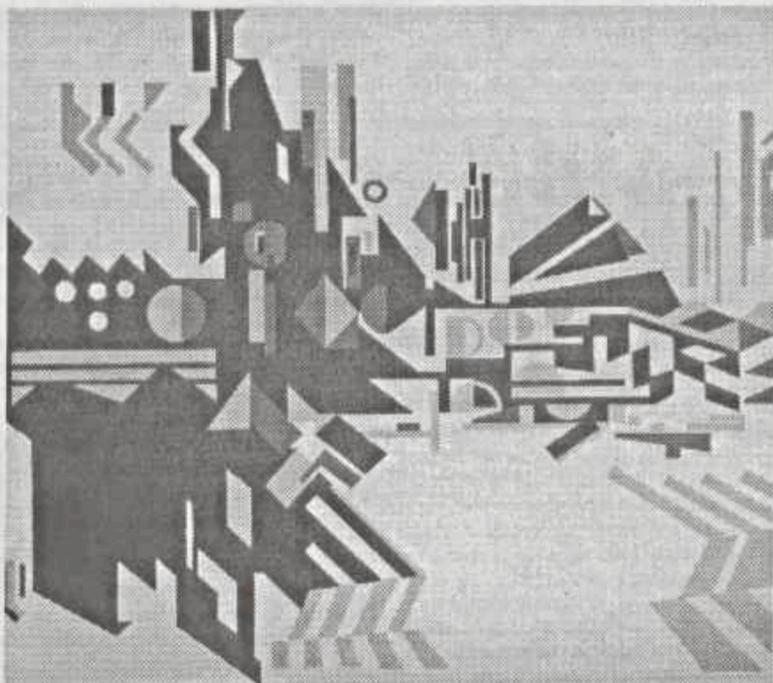
presas. Os estrangeiros têm sido encorajados a investir (pela maior parte sem êxito). E em tudo isto as mãos da "mafia" - uma combinação de trapaceiros honestos e de administradores desonestos. Com o encerramento das fábricas a força do mercado conduziu cerca de vinte milhões de empobrecidos à beira do desespero. A produção industrial declinou para metade no período de 1991-94. As novas instituições financeiras (3000 bancos comerciais, 800 companhias de seguros, 600 mútuas e 200 casas de câmbio) não são sítios onde investidores ocidentais arrisquem para já o seu dinheiro - embora possa comprar-se quase tudo o que está em hasta pública pelo preço dum única grande empresa ocidental.

Em suma, a Rússia pode ser caracterizada actualmente como uma economia capitalista pelos seus 60 casinos, crescimento em espiral da criminalidade e capacidade para produzir apenas matérias primas para venda no Ocidente. A direcção de Ieltsin pressiona. Nem podem pensar noutra alternati-

cais, encarregou Ieltsin a "terapêutica de choque" que reduziu o salário quotidiano médio ao preço de um pão. Factos e privações substituíram a fé na utopia da economia de mercado; e nas eleições de Dezembro de 1993 os apoiantes do mercado livre de Ieltsin foram severamente castigados. A nova assembleia nacional, a Duma, tem pelo menos doze facções e os proponentes da ideia nova estão em minoria.

Usando os seus poderes presidenciais Ieltsin tentou ultrapassar a Duma (câmara baixa) e o Conselho Federal (câmara alta) iniciando as privatizações por decreto - no dia imediato à entrada em férias da Duma, em Julho de 1994. A verdade é que as instituições ditas federais deste Estado bifurcado estão num beco sem saída. E também quem se importa com isso?

Pode dizer-se que o sistema político russo sofre a lógica da ideia de mercado livre, que consagra a escassa importância do Estado. Disseram aos russos, alienados do



Nadir Afonso, Pittsburg, 1961

va, dado que o debate foi sempre "quão depressa?" e nunca "sim ou não?" O Ocidente, tipificado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, diz aos russos para engolir a bala, aceitar as consequências da destruição completa do sistema administrativo, e ser parco quanto a fundos até que tal aconteça. O que nos traz de volta ao problema político: é a ideia exequível no contexto dum sistema político em desenvolvimento? Quais os desafios à ideia de mercado?

A política eleitoral russa teve lugar no seguinte contexto económico:

"A política económica promovida pela administração... implica, entre outras, uma drástica redução do défice, uma política monetária rígida, liberalização dos preços, rápida privatização das empresas estatais, redução profunda dos subsídios à indústria e agricultura e supressão das tarifas alfandegárias e outras restrições às importações".<sup>9</sup>

O FMI, singular e persistentemente, tem recusado fundos ao governo russo a ponto de ele não poder pôr em prática esta política. A verdade, contudo, é que a mudança económica gerou considerável distanciamento popular do sistema político que enveredou por este caminho. Neste contexto os que vêem um elo sistemático entre mercado e democracia podem desenganar-se.

Ieltsin, como campeão do mercado livre, tem procurado impô-lo a uma população crescentemente desiludida mesmo a expensas de procedimentos pretensamente constitucionais. Dissolveu pela força das armas o Soviete Supremo e o Congresso dos Deputados do Povo em Outubro de 1993. Confiante porque o referendo de Abril de 1993 apoiou reformas económicas rad-

Estado pelos comunistas, que o mercado sem o Estado era uma solução abstracta e automática. Mais de uma dúzia de facções políticas (dificilmente se podem considerar partidos) competiram pelo seu voto. E, tal como os americanos já concluíram que votar é uma perda de tempo, permaneceram em casa, desinteressados e descoroçados. Só 50% do eleitorado se deu ao trabalho de ir às urnas em Dezembro de 1993 e o que não é surpreendente, exprimiram discordância e inconformismo com a ideia. Venceu o Partido Liberal Democrático, grupo neofascista conduzido por Vladimir Jirinovsky, que alcançou 23% dos votos e dos lugares da Duma, segundo o método da representação proporcional.

Indica isto uma resposta estatista e fascista à ideologia anti-estatal que se infiltrou a partir do Ocidente? Fala-se numa coalisão "vermelha-castanha" de comunistas e nacionalistas, que partilham o mesmo interesse na recriação das velhas fronteiras da URSS, na recentralização da autoridade em Moscovo, e na reconstrução dum império assente nos princípios do panslavismo e do imperialismo. Seria errado ver Jirinovsky como fonte dum tal movimento. Como Mark Yoffe tem sugerido:

"Jirinovsky é o executante dum peça com um só actor, um "happening", o seu papel é o do cretino colorido que perpetuamente escandaliza e fascina a multidão".<sup>10</sup>

O fascismo é improvável: "...pois, paradoxalmente, a Rússia não está suficientemente em forma para se tornar fascista. A economia da Alemanha de Weimar, no fim de contas, estava apenas encurralada, não decomposta: a reserva de capitais alemã estava intacta, as suas

infraestruturas modernas, a sua força de trabalho qualificada, as suas instituições financeiras diversificadas e as suas estruturas administrativas eficientes... a economia russa, por outro lado, assemelha-se agora à economia alemã colapsada de Stundle Null em 1945. Levará anos para que os destroços socialistas soviéticos se reconstituam o suficiente para apoiar um regime baseado numa mobilização vermelho-castanha".<sup>11</sup>

Devemos sempre lembrar que não só a Rússia colapsou mas que o que resta da Federação Russa está em permanente risco de deixar de existir - primeiro, por falta de objectivo e legitimidade políticas em qualquer das novas instituições e, segundo, pela lógica do capitalismo de mercado, que declara o Estado desnecessário excepto como mantenedor da ordem. Ieltsin tem lutado para afirmar a sua autoridade e a autoridade de Moscovo, desde o fim da URSS e a guerra da Chechenia é um exemplo cruel desta política.

É possível que a ideia de mercado, e o novo sistema político, formem a base dum economia e sociedade reestruturadas. Poderemos ver outro passo mais na vitória global da mentalidade de mercado; parte da qual implica o declínio do Estado - a libertação do capital de controlos implica necessariamente um relativo declínio da eficácia autoritária dos mecanismos políticos.

Duma perspectiva anarquista isto encerra simultaneamente uma promessa e uma ameaça. A promessa é a de que uma alienação geral do Estado permitirá o crescimento de movimentos sociais de base que são um passo em direcção ao controlo popular - sendo a ideia de mercado vista como debilitante e desnecessária.

Por outro lado a crítica social tornar-se-á mais difícil pela "globalização". O Estado, no fim de contas, tem certa qualidade concreta e as suas actividades são fáceis de ver. Este alvo fácil será substituído por um monstro repressivo muito mais quimérico - complexo internacional de forças económicas sem base permanente e em larga medida oculto. Se isto for aceite como "natural" e se as trivialidades da imprensa popular e dos *media* hipnotizarem a população em geral, então o fim do Estado prometerá uma nova forma de totalitarismo e não de liberdade. Na ausência dum literatura popular crítica tal fatalismo de mercado é uma possibilidade e a Rússia poderá muito bem ser vista como uma vasta experiência da mais recente forma de desigualdade humana.

Enfim tenho tendência a ver a Rússia como um caso perdido:

- A economia foi destruída pela inflação.
- A indústria está destruída, produzindo bens que ninguém deseja.
- Os empresários estão mais ocupados em vender os equipamentos que em produzir.
- O investimento estrangeiro apenas visa matérias primas (v.g. petróleo).
- Ausência de sistema monetário sólido, sem reservas, embora com cerca de \$20 biliões no estrangeiro.
- O comércio livre impede o desenvolvimento económico.
- Pelo menos 20 milhões de pessoas vivem em grande pobreza.
- Nenhum capitalista com juízo investe num país sem moeda estável, com comunicações péssimas e um sistema político desintegrado.

Frank Harrison

### Bibliografia

- 1- Robert Conquest, "Red for Go", TLS, 9/7/93.
- 2- Edward Crankshaw, *Getting on with the Russians*, citado por Robert Conquest, "The Party in the Dock", TLS, 6/11/92.
- 3- Gorbachov, *Globe and Mail*, 26/12/91.
- 4 - William Rees-Mogg, "Society's dicey prospects", *The Times*, 16/2/95.
- 5 - *The World in 1995*, *The Economist*.
- 6 - Citado por Will Hutton, *The International Guardian*, 10/2/95.
- 7 - Jonathan Carr, "Kohl's ambitions", *World in 1995*, *The Economist*.
- 8 - Dudley Fishburn, *The Economist*.
- 9 - Jerry F. Hough, "America's Russia Policy: the Triumph of Neglect.", *Current History*, Out. 1994, p. 311.
- 10- Mark Yoffe, "Vladimir Zhirinovskiy, the Unholy Fool", *Current History*, Out. 94.
- 11- Martin Malia, "Another Weimar", TLS, 25/2/94.



# O poder face ao cidadão

Eles patrulham a nossa paciência e rapinam o nosso sossego.

Hoje, parece que mais do que em qualquer outro tempo, é nítido que a política não é a tão prometida arte do bem fazer; não tende para um arredondar das discrepâncias sociais, nem tem como razão ou forma de ser a busca de caminhos que tornem a vivência dos indivíduos mais contemplativa e justa; hoje já não há mais capacidade suficiente de fingimento que esconda a dimensão trágica da maré económica que, ao abater-se sobre o cidadão comum, o fará mais pobre e dependente.

A política, ao internacionalizar-se e tornar-se mercantilista, perde o sentido de pátria (sentido, aliás, supostamente tão caro aos detentores do poder), passo este que seria decisivo para o distanciamento definitivo de quaisquer laços de afectividade que, porventura, ainda a ligasse às populações.

A partir daqui, políticos e cidadãos são duas entidades com interesses diferentes que numa visualizável rota de choque se potencializam para próximos e dramáticos conflitos, já que as futuras lutas de classes, tudo indica, irão ser travadas entre si e, certamente também, numa escala internacionalizada. Talvez não como coisa concertada por parte dos cidadãos, mas como focos de incêndio que rebentam espontaneamente aqui e acolá e que, levados pelos sistemas de comunicação

de massas, rebentam por todo o lado. Penso até que, se atentarmos bem o ouvido ao bater das tensões, distinguiremos já no pulsar dos novos movimentos de contestação um princípio de consciência de que, no outro lado da barricada, está a política moderna com a sua dualidade de comportamento, perigosa mas devidamente identificada.

Defendo como atitude anarquista, neste preciso momento, um estado de olhar atento, afim de visualizar o que se insinua e materializar depois numa linguagem descodificada e tão óbvia que se torne matéria de interesse para os demais cidadãos.

A sofisticação e o artificialismo fazem parte da linguagem do falso com que as elites confundem o elementar objectivo que, sendo natural em cada um de nós, possibilita uma igualdade de recursos. É na criação duma complicada simbologia de análise do ser e das coisas que se estabelece o terreno fértil ao dos capazes e dos não capazes, o qual irá dar base à psicologia das obediências e das dependências, das desigualdades e dos privilégios e duma sociedade de cada vez mais excluídos, cilindrados pela incapacidade de compreensão dessas linguagens de artificialidade -de que, falando em modernidade, toldam o dia a dia com sinistros totalitarismos.

Há um Estado que não oficializa o quotidiano dos cidadãos. Ou seja, a realidade que é o viver do cidadão e que é obra do Estado, é uma inconveniência para a imagem desse mesmo Estado. Entretanto, como esse Estado não é mudo e projecta uma dada mensagem, essa só poderás a mensagem da perplexidade, pois vai dizer que tudo está bem aqueles que sentem que tudo está mal. O cidadão é assim atirado para uma ficção onde o fazem procurar uma realidade que não há. Enquanto o Estado vive a realidade da sua ficção que é a oficialização do embuste: erguer a mentira à categoria de verdade. Falar no que não há até que nos horizontes das mentalidades perturbadas se ergam miragens apaziguadoras de fé. Então o cidadão cairá de joelhos e, reduzido a menos do seu tamanho, tornar-se-á dependente dos homens deuses e dos homens sábios.

Este é um país onde o êxito dos patifes e dos tolos é tão fácil e agressivo que a reserva dos homens de integridade e de bem fazer deste país se vêem perante a interrogação do valerá a pena? Num país onde o poder político se transformou em casta e distribui privilégios como se de despojos se tratasse. E faz da mentira êxito que inaugura com brindes e almoços perante o pasmo daqueles homens que

acreditam que só o talento, a seriedade e o muito trabalho poderão ser factores que legitimam o êxito desse país, ou seja, o bem estar da comunidade dos cidadãos.

A mentira que leva à celebração de êxitos revoltantes tem sabor a gozo. É trágica mas cómica e, quando baixa o pó levantado pela euforia, surge a nitidez de se ter representado uma palhaçada.

Falam em pátria. Na defesa e grandeza da pátria. Mas que pátria? O que podemos entender por pátria quando o fundamental dela mesma, ou seja, o povo e o território parece não fazer parte do aludido conceito.

Ao povo espancam e enganam, exploram e mentem, empobrecem, enlouquecem e roubam.

Ao território vendem e urbanizam, queimam e poluem, esfaqueiam e desarborizam até ao deserto próximo que é a dimensão da vossa alma. O que será então a vossa pátria? Farrapos de história que vão dando à costa e que, ao virarem-se com o pé, nos deparam com outros tantos farrapos de embuste? Uma trajectória de séculos onde pontifica a exaltação dum machismo de duros apoiado por padres saqueadores e embusteiros.

João Santiago

## Incineração de resíduos (conclusão)

**Estados Unidos:** a EPA elaborou legislação estrita acerca dos grandes problemas gerados pelas fábricas incineradoras. Das fábricas em funcionamento ou propostas muitas fecharam ou não chegaram a arrancar.

**Catalunha:** o tratamento que sofrem actualmente os resíduos urbanos e industriais são basicamente dois: aterro e incineração. Nenhum sistema é normalmente precedido de qualquer tipo de separação e, tal como são produzidos, assim vão parar ao aterro ou à incineradora.

Os resíduos urbanos e industriais são depositados em aterros controlados ou incontrolados, normalmente sem preparação prévia do terreno, quer dizer, sem impermeabilização do solo, e muitas vezes sem controlo das águas procedentes dos lixiviados e das escorrências superficiais, bem como sem controlo das emissões atmosféricas.

Os resíduos destinados a incinerar também o são normalmente sem qualquer separação prévia. A maior parte dos incineradores catalães apenas dispõe de electrofiltros para reter as partículas, mas não retentores de ácido clorídrico nem de outros gases; como o dióxido de enxofre, óxidos de azoto e compostos orgânicos.

A tendência actual da administração é o investimento de milhares de milhões de pesetas para depurar o ácido clorídrico das incineradoras existentes na Catalunha e a instalação de uma macroincineradora na zona franca, motivada pelo pouco espaço que resta no aterro de Garraf.

Apesar da problemática aparecida recentemente através do mundo acerca das fábricas incineradoras, a tendência é clara e não deixa um lugar prioritário para outras alternativas, como poderiam ser a minimização, reutilização e reciclagem.

### Conclusões

O resultado último de uma fábrica incineradora é transferir um resíduo que estava confinado a um ponto para a atmosfera, a água e o solo, bem como produzir substâncias muito tóxicas, quer dizer, uma fábrica incineradora gera e dispersa resíduos.

Existe um desconhecimento muito grande acerca do tipo de contaminantes que se geram e da sua quantidade, e portanto acerca do seu impacto ambiental.

A contaminação não se paga. A maneira de levar a cabo uma redução de resíduos é evitar a criação de novos incineradores e de novos aterros, já que são tecnologias para tratar resíduos de que beneficiam apenas uns quantos.

O problema da geração de resíduos e do

que fazer com eles tornou-se um dos maiores desafios a enfrentar. A obrigação de minimizar, seleccionar, reciclar, reutilizar e tratar impõe-se como ineludível necessidade.

### As dioxinas e outros produtos afins

Apesar da negação rotunda e reiterada por parte de certos sectores de que as emissões de dioxinas e de outros compostos afins pelas fábricas incineradoras de resíduos sólidos urbanos seriam um falso alarme surgido de alguns movimentos populares ou grupos ecologistas, basta fazer uma pequena recensão da bibliografia científica internacional para ver declarações como as do Ministério do Meio Ambiente Dinamarquês, em que se afirma que a principal fonte de contaminação por dioxinas provém da incineração de resíduos sólidos urbanos. Dito por um país "sério" e reconhecido na questão do meio ambiente como a Dinamarca, ficam muito em causa os nossos político-técnicos.

Por outro lado, os estudos toxicológicos das dioxinas mostram a sua enorme perigosidade em concentrações extraordinariamente pequenas e, algo de mais alarmante ainda, de que as propriedades tóxicas e cancerígenas de cada isómero específico variam amplamente de um para o outro.

As dioxinas e compostos orgânicos afins são algo a ter em conta. Em primeiro lugar há que reconhecer o pouco que a comunidade científica sabe acerca destes estranhos compostos que se descobriram pela primeira vez em meados dos anos 70 nas chaminés dos incineradores. Aparte o grande número de isómeros que apresentam (75 para as dioxinas cloradas, 135 para os furanos clorados e mais de 5000 para compostos de cloro e bromo em dioxinas e furanos) todos eles suscitam uma problemática toxicológica muito diferente e uma reactividade também diferente. De toda esta variedade de combinações apenas se doseiam 17. A concentração doseada decada uma destas dioxinas e furanos tem que ser multiplicada por um factor que depende da sua toxicidade.

A formação de dioxinas e furanos não está clarificada actualmente. Apontam-se hipóteses como a de que se formam dentro da incineradora, que se formam quando os gases saem pela chaminé, que dependem da concentração de substâncias como, por exemplo, o monóxido de carbono, o oxigénio, a água, o amoníaco, o enxofre... A sua toxicidade é igualmente um repto actualmente, já que os seus efeitos dependem do tipo de ser vivo e não existe relação proporcional entre os tipos de animais sobre os quais se experimentou a sua toxicidade.

Além disso há toda a variedade de outras moléculas orgânicas cuja concentração e toxicidade se desconhece. Parece que se acumulam no tecido adiposo e no leite materno.

Apesar das administrações e responsáveis pelas fábricas incineradoras sustentarem as baixas concentrações destes compostos, deve-se sublinhar a acumulação destes contaminantes que resulta da incineradora estar a queimar lixo diariamente durante anos. Esta acumulação produz-se no solo,

plantas, animais e seres humanos que vivam à sua volta ou ingiram alimentos procedentes das imediações da fábrica. Portanto o pequeno valor dum resultado isolado não dá muitas vezes a ideia do impacto por acumulação que se pode produzir.

Centro de Ecologia e Projectos Alternativos - Barcelona

Edição: Cidadãos e Cidadãs Contra a Incineradora - Setúbal

### Declaração conjunta

Reunidos a 1 de Abril de 1995, em Setúbal, as Comissões e Grupos Ambientais, dos locais escolhidos pelo Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais para instalação de uma incineradora e de dois aterros, parte de um propagado e irreal Sistema de Tratamento de Resíduos Industriais Tóxicos e Perigosos em Portugal, vêm, por este comunicado, repudiar totalmente a sua instalação, em qualquer parte do território nacional, pelas seguintes razões:

- 1) Os efeitos tóxicos conhecidos das incineradoras são bastantes para provarem que são altamente nefastos e têm efeitos graves para a saúde das populações e do meio natural em geral, efeitos esses acumuláveis e sem fronteiras locais, regionais ou mesmo nacionais.
- 2) Os mecanismos de formação destas substâncias tóxicas também não são conhecidos suficientemente nem, por consequência, dominados.
- 3) Nos países mais industrializados, com dezenas de anos de experiência de incineração, as incineradoras estão a ser desmanteladas, a sua tecnologia considera-se obsoleta e a construção de novas unidades está a ser proibida cada vez mais, como nos Estados Unidos e na Holanda.
- 4) Perante os perigos que representam incineradoras e aterros, as promessas de segurança absoluta são totalmente demagógicas.
- 5) Os Estudos de Impacto Ambiental revelam erros técnicos gravíssimos, nomeadamente a desvalorização dos efeitos negativos das emissões de gases e de partículas para a atmosfera, entre outros.
- 6) As populações continuam a manifestar-se contra a construção da incineradora, em qualquer condição ou local do país, ficando a eventual construção de aterros e da central de transferência dependente da existência prévia de um sistema, a funcionar, de redução de produção de resíduos tóxicos e de uma avaliação criteriosa dos possíveis lugares de implantação dessas unidades.
- 7) É urgente a criação de um verdadeiro sistema nacional de intervenção nos resíduos industriais, nomeadamente no investimento em produção cada vez mais limpa, a procura e implementação de novas formas de tratamentos alternativos e da tentativa de encontrar mais modelos de desenvolvimento sustentável e que não passe necessariamente pelo crescimento a todo o custo.
- 8) Os signatários desta Declaração Conjunta e os agrupamentos que representam, estão dispostos a agir solidariamente e com determinação, em nome da causa e dos princípios que defendem, exigindo a suspensão imediata do processo que está a ser seguido, à revelia das populações e dos mais recentes conhecimentos científicos.

Setúbal, 1 de Abril de 1995

Grupo de Cidadãos e Cidadãs contra a Incineradora (Setúbal)  
Junta de freguesia do Poceirão (Poceirão)  
Comissão de Luta de Sines e Vale Madeiros (Sines)  
Grupo contra a Incineradora de Lagameças (Palmela)  
Junta de Freguesia do Sado (Setúbal)  
Comissão de Luta e de Defesa de Midões (Gondomar)  
Grupo Lontra (Santo André)  
Junta de Freguesia de Sines (Sines)  
CAT'S de Portugal (Cercal do Alentejo)  
Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal

# Crianças, drogas e um silêncio a ser rompido

Crianças e drogas são assuntos inescrutáveis. Geralmente são considerados antagónicos, representando um o bem e outro o mal. O Estado é considerado responsável por garantir a vitória do bem sobre o mal pelos meios que julgue adequados. Cabe-lhe, segundo os moralistas de plantão, zelar pela preservação da vida e pela educação escolar da criança para a constituir em cidadão juramentado. Cabe-lhe zelar também pela formação moral adequada, criando dispositivos de contenção que dificultem o acesso de crianças e adolescentes aos chamados estados alterados de consciência provocados pelo uso de drogas.

Desde Aristóteles as crianças são consideradas como o viveiro do Estado, seja qual for a forma de governo. Desde a Grécia, o uso de substâncias alucinógenas é componente reconhecida da cultura ocidental. Milenarmente, os pensadores, como formadores da opinião pública, têm procurado encontrar no Estado o respaldo necessário, mas poucas vezes suficiente, para conter o uso de drogas e educar as crianças para a liberdade.

Só modernamente, e com os anarquistas, se questionou a ideia das crianças fazerem parte do viveiro do Estado. Como Aristóteles, pensava-se muitas vezes que caberia ao Estado educar as crianças de modo diferenciado; algumas para mandar, outras para obedecer, pois desta maneira garantir-se-ia a continuidade dos homens de bem — os que mandam — e dos bons cidadãos — os que obedecem. Locke, o eminente pensador liberal inglês, ainda pensava assim, mas a Revolução Francesa introduziu — a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão — a ideia de educação sem discriminação de origem social e, principalmente, a reivindicação da sua gratuidade e obrigatoriedade. Foi Proudhon, em *De la Capacité Politique des Classes Ouvrières*, quem primeiro chamou a atenção para o facto da obrigatoriedade manter a milenar suposição das crianças como objectos do Estado e de que nada havia de gratuito em tal serviço, posto que o cidadão já o pagava indirectamente sob a forma de imposto. Godwin, em *Political Justice*, no final do século XVIII, procurava ressaltar que o princípio do auto-governo não tolera uma educação arbitrária mas, pelo contrário, exige que os pais, como educadores, estejam atentos às vocações dos seus filhos. Enfatizava estar neste princípio de liberdade a razão da vida. A educação, sendo uma relação amorosa em continuidade, não supõe a afirmação de uma autoridade de mando dos pais sobre a criança mas, pelo contrário, a afirmação da liberdade de ambos. Com Godwin e Proudhon começavam a tomar contornos os princípios anarquistas de formação das crianças, dispensando a autoridade centralizada, seja a do Estado propriamente dito, seja a dos pais como autoridade de mando.

Mesmo com a ampliação dos dispositivos jurídicos, correcionais e militares, o Estado esteve sempre em condições de inferioridade para conter o aumento do uso de drogas por parte dos cidadãos. Desde a Companhia das Índias Ocidentais, passando pelo uso generalizado de bebidas alcoólicas associado a organizações ilegais como a Máfia e sua rede de corrupção, até chegarmos ao narcotráfico, o Estado sempre esteve presente de duas maneiras — quer como agenciador da missão civilizatória capitalista, quer como guardião da moral civilizatória em geral. Em ambos casos é mais que guardião da lei e da moral. É um empresário, participando directamente da acção ou investindo em determinado ramo da produção, bélica em especial, ampliando e diversifican-

do, em nome da contenção do tráfico, a sua acção sobre a liberdade dos indivíduos.

Não é de hoje que os anarquistas — como corajosamente demonstrou Enrico Malatesta, no início deste século, sob a forma de uma "proposição que jamais seria aceite" — procuram ver o alegado problema das drogas como decorrente da infelicidade humana e que a militarização do seu combate deixa espaço para a sua própria ampliação, como assistimos a partir dos anos 80 com o chamado combate ao narcotráfico. Isto só faz ampliar a irradiação da moral conservadora fundada na ilegitimidade da prescrição médica para o uso de diversas drogas. A proposta elaborada por Malatesta preconiza enfrentar a questão defendendo a legalização das drogas, em simultâneo com ampla divulgação esclarecendo os efeitos dos usos específicos.

Nem a felicidade em termos absolutos é possível — todos o sabemos a partir do conceito de inconsciente de Freud — nem

mercado, estatisticamente controlados como desempregados ou semi-empregados. Mais do que isso, abre o mercado para a mão de obra infantil e jovem como trabalhador directo ou indirecto na produção, distribuição e segurança próprias. Torna-se o meio para que os *novos miseráveis* participem do acesso a bens de consumo que o mercado legal lhes oferece; funciona como complemento do mercado legal de consumo de bens em geral; esteja armado em defesa de uma ordem particular instituída pelo narcotráfico com justiça própria; mantenha-se a maioria na ignorância; constitua exércitos próprios; e, principalmente, colabore para que o sentido da vida seja regido por *Thanatos*. Neste tempo de constituição dos *novos miseráveis* que prescindem das chamadas políticas públicas, onde a violência se dissemina na família caracterizando uma sociabilidade autoritária e, portanto, redefinindo o que se chama miséria ou pobreza (pois o acesso a bens é

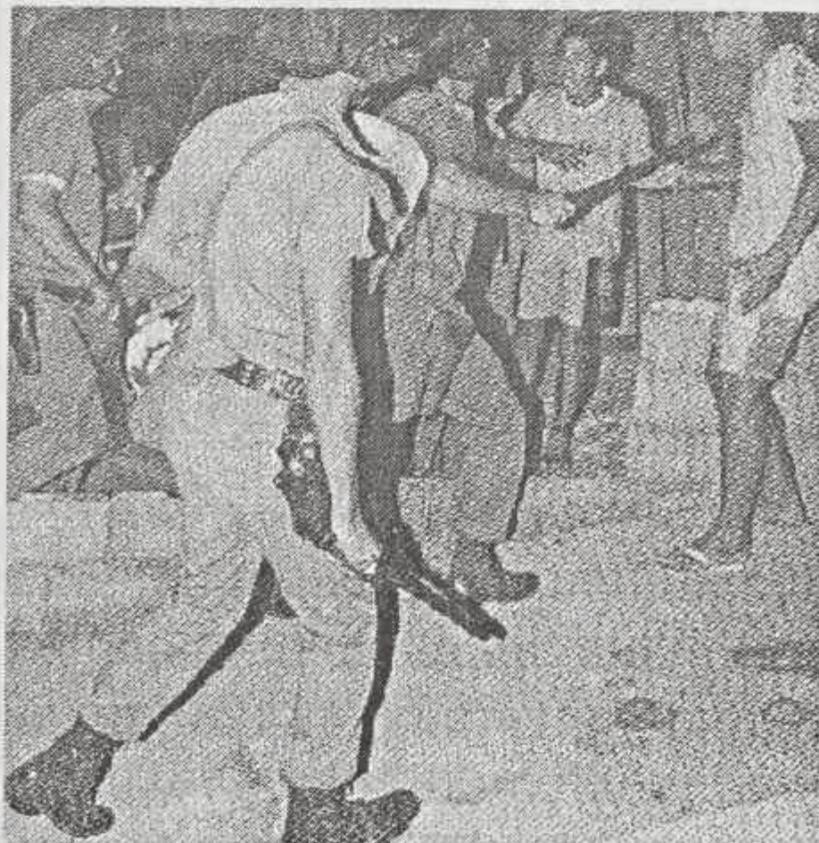
os *novos miseráveis* apenas as crianças e jovens provenientes das chamadas classes sociais mais baixas, frequentadoras de escolas públicas e integradas no narcotráfico. Trata-se de um exército, com um contingente flutuante, proveniente das mais diversas origens sócio-económicas. Mais do que isso, os *novos miseráveis* tratam o tempo de ampliação da sociabilidade autoritária. Esta decorre do processo intervencionista do Estado, neste planeta que se interliga, para além das drogas e tráfico, com diversos movimentos nacionalistas, separatistas e tradicionalistas.

Não há restauração possível neste processo de retorno ao mercado como tentam afirmar os liberais. Não há paraíso socialista que se construa a partir do fracasso do chamado "socialismo real" — e, por acaso existe socialismo irreal? — como querem reinventar os marxistas. Frente a isso o anarquismo permanece sempre actual porque pensa e age contra a sociabilidade autoritária a partir da sua crítica ao Estado em direcção à liberdade. Liberdade que começa com a educação do indivíduo lidando com a sua inatingível felicidade.

Criança e drogas não são temas antagónicos; as crianças e as drogas devem ser vistas como pessoas e coisas impossíveis de domesticar. Para quê perder tempo com proibições inúteis, ampliação do belicismo e políticas ociosas? Há uma inversão necessária a ser feita com o frescor anarquista que, diferentemente das outras formas de pensar e agir, não se fundamenta nas explicações a respeito da guerra, mas busca instituir acções de paz. A sociabilidade libertária, enfim, prescinde de alguém que lhe diga, a partir da relação de mando, o que é o bem e o mal, pois sabe que os absolutos existem apenas como propriedade de quem governa outros homens. É a partir dela que podemos entender, neste final de século, o produto acabado de intervencionismo estatal, os *novos miseráveis*, não mais como uma definição estigmatizante de pobres e desempregados, mas como a surpreendente condição que arrasta contingentes populacionais de todas as procedências económicas em nome das restaurações. Se todas estas drogas restauradoras (nacionalistas, separatistas e tradicionalistas) podem aflorar com seus direitos, mais ainda se pode ampliar o número de crianças libertas das ditaduras de pais e escolas, pais livres da ditadura do Estado e substâncias alucinógenas ilegais.

Neste tempo onde todos concordam — apesar de procurarem e falarem de coisas diferentes — em instituir um silêncio democrático imposto através do controlo de indivíduos não mais dispostos disciplinarmente, mas em bancos de dados, quer queiram ou não, aparecerão instituintes radicais e, dentre eles, o anarquismo.

Edson Passetti



o uso de drogas sob prescrição médica deve ser descartável dependendo das condições neurológicas de um indivíduo. O que também sabemos, é que a militarização do combate não só amplia a gestão do Estado na vida do indivíduo como é ineficaz para conter os inevitáveis contactos que alguns preferem estabelecer com o real a partir de estados alterados de consciência. Sabemos mais ainda, hoje em dia: a moral conservadora de proibição (compartilhada pelos consagrados socialistas autoritários) funciona entre crianças e jovens menos como inibidora do que como incentivadora do uso de drogas. Esta moral nada mais faz que colaborar na ampliação da intervenção estatal, seja sob a forma de militarização propriamente dita, seja pela guerra prolongada por outros meios, isto é, através das políticas sociais que mais beneficiam a burocracia que as supostas vítimas.

O tráfico de drogas atinge, não apenas patamares de rentabilidade similares ao do petróleo, da indústria bélica e da informática, como actua através de uma forma particular de recrutamento da mão de obra. Livre de qualquer regulamentação, encargo social ou negociação sindical, traz para dentro de si os mais diversos indivíduos aparentemente dispersos no

possível, até porque a renda individual ou familiar não é irrisória, que papel pode desempenhar a escola além de ter sido transformada em refeitório?

Como centro de distribuição de merendas aos estudantes pobres a escola pública perdeu o seu ideário iluminista, que ao menos servia para se atingir uma certa criticidade face à realidade, passando a ser o elo complementar das relações familiares na construção da sociabilidade autoritária, afirmando-se numa incerta e imprecisa prática democrática.

Mas não devem ser consideradas entre

*Se alguém agride uma criança sem provocação, pelo prazer de a ver chorar, não se trata de uma questão entre esse alguém e essa criança: a ofensa é dirigida contra todas as crianças do mundo.*

*O poeta que disse "nada do que é humano me é alheio" exprimiu amor pela humanidade, mas exprimiu também o direito do homem a julgar todos os outros homens e, inversamente, a responsabilidade de cada homem para com todos os outros.*

Giovanni Baldelli

# A Absolvição de Ferrer i Guardia

Falar do processo de Ferrer oitenta anos depois do seu fusilamento nos fossos do castelo de Montjuich indica que a sua memória continua viva. Falar e escrever do processo de Ferrer de maneira tão insistente como se vem fazendo, desde aquele longínquo 13 de Outubro de 1909, significa que no processo ocorreu algo de excepcional, que escapa à normalidade com que deve decorrer um processo ordinário.

No processo de Ferrer predomina, como em tantos outros mais recentes, um fundo político que é impossível negar, ainda pelo mais devoto de "aquele acto de justiça". A Semana Trágica de Barcelona resultou de três factores que hoje, quasi a um século dos factos, seria grosseria intelectual não enumerar: a política reaccionária e clerical que se manifestou em Espanha depois da restauração borbónica de Cánovas del Castillo; a política de Maura, que agravou a anterior; e a política do seu representante em Barcelona, Ossorio y Gallardo, por ocasião dos atentados com explosivos levados a cabo na Cidade Condal. Por via da desacertada conduta de Ossorio y Gallardo o governo central tornou-se o inimigo radical da classe operária barcelonesa.

Não obstante, falar da desacertada política de Ossorio y Gallardo não implica falar de falta de honradez do Governador Civil que nos coube em sorte naqueles trágicos dias. Ele próprio, no que poderíamos classificar de memórias daquelas datas, nos diz que "quem fale de autoridade pouco perspicaz para descobrir a revolução que se preparava, ou não sabe o que diz ou fala com absoluta falta de boa fé. Em Barcelona a revolução NÃO SE PREPARA, pela simples razão de que ESTÁ SEMPRE PREPARADA. Assoma à rua todos os dias; se não há ambiente para se desenvolver, retrocede; se há ambiente, avança. Havia muito que a revolução não dispunha de ar respirável; encontrou o do protesto contra a campanha do Riff e respirou à vontade". "Por isso sustento, continua dizendo Ossorio y Gallardo, que nos tristes sucesos de Julho há que distinguir duas coisas: a greve geral, COISA PREPARADA E CONHECIDA, e o movimento anárquico-revolucionário, de carácter político, COISA QUE SURTIU SEM PREPARAÇÃO."

A despeito do afirmado por Ossorio y Gallardo, "deduz-se" das actuações judiciais do Conselho de Guerra que Ferrer i Guardia foi o caudillo daquele histórico movimento insurreccional. E nada é menos exacto, pois três dias depois de se ter produzido, ou seja, em 29 de Julho de 1909, o Capitão General da IV Região Militar (Barcelona) ordena ao comandante Vicente Llivina que "para depurar os instigadores, dirigentes e organizadores deste movimento" inicie o processo judicial correspondente. Termina Llivina a sua missão desencantado, dizendo no seu relatório que fracassou na empresa de descobrir os tais dirigentes, instigadores e organizadores. Se tivesse sido tão pública e notória a actuação de Ferrer, podemos perguntar: como não a descobriu o comandante Llivina? A esta interrogação ninguém respondeu seriamente.

A 3 de Setembro, trinta e seis dias depois de Llivina se ter declarado incapaz de descobrir o dirigente, organizador e instigador do movimento, ordena-se insolitamente a formação dum processo separado, nomeando-se juiz especial o comandante de infantaria Valerio Raso Negrini, que já era juiz permanente. Como anedota cumpre dizer que este último se converteu, passado tempo, no pai político da irmã de Josep Tarradellas i Joan. Raso Negrini recebe pois o encargo de levar a efeito um novo processo, devendo transferir para o mesmo todos os elementos referentes a Ferrer recolhidos no processo principal, ordenando a separação de documentos e obtendo cópia dos que não puderam separar-se.

A partir de 3 de Setembro encontramos nos dois processos, ambos relativos aos acontecimentos, um em que o juiz nada descobre no que respeita a Fer-

rer; outro dirigido única e exclusivamente contra Ferrer e que termina pela sua condenação à morte. O processo judicial iniciado por motivo dos factos de Julho consta de 843 folhas e o segundo de 719; aquele tramita-se em 215 dias e este em 40. No deixo de ser anómala a diferença de tempo registada. Outra anomalia a considerar é a de que no dia 1 de Setembro um miliciano detem Ferrer e no dia 3, como dissemos, se ordena de maneira súbita o início de um processo contra ele, do qual encarregam, como dissemos, o comandante Raso Negrini. Se examinarmos os maços de documentos que constituem o processo Ferrer daremos conta que no dia 23 de Setembro não havia nenhum facto contra ele, para além do auto ditado pelo juiz de instrução de Mataró e seu termo, em que se supunha que Ferrer i Guardia podia ser responsável do delito de incitamento à rebelião no Código Penal comum.

pudessem testemunhar sobre a participação de Ferrer nos acontecimentos; e a despeito de terem sido publicados os editais nas páginas de "El Noticiero Universal", de Barcelona, e nas do "Boletín Oficial" de cada uma das províncias catalãs, ninguém compareceu. O juiz militar, não encontrando provas que incriminassem o processado, ordenou várias inspecções, umas em "Mas Germinal", casa de Ferrer, outras no domicilio do Alcalde de Premiá de Mar e na editorial da "Escola Moderna", procedendo, por outro lado, ao interrogatório dos habitantes das localidades de Masnou, Mataró, Montgat e Premiá de Mar. Pessoalmente vigia e dirige as diligências e das mesmas nada se depreende contra o acusado.

A opinião pública solicitava insistentemente a abertura das Cortes, tomando as minorias parlamentares a decisão de pedir a celebração deste acto solene que, quiçá, se houvesse ocorrido, poderia ter evitado a

aprovação da sentença o Capitão General da Catalunha; dá-se conhecimento da mesma ao governo, que a recebe no dia seguinte, 11 de Outubro. A 12 o governo dá-se por inteirado, comunicando-o ao Capitão General da IV Região Militar. Ferrer é então notificado da sentença, sendo executado a 13 de Outubro. Dois dias depois abrem as Cortes. Tinha-se evitado a tão temida discussão parlamentar.

Observam-se outras anomalias no processo. O Procurador nunca interrogou o acusado e a testemunha Francisco Doménech, barbeiro de Masnou, cujo depoimento serviu de base à acusação contra Ferrer e no qual se apóia o Procurador para pedir a pena de morte, desaparece e foge para a América no momento em que o juiz reclama a sua presença. A culpabilidade de Ferrer nunca foi provada. Voltemos à opinião do governador civil de Barcelona, manifestada na sua obra "Barcelona, Julho de 1909, declaração de uma testemunha". Diz-nos Ossorio y Gallardo "que os acontecimentos, pelo seu carácter, origem e evolução não deviam ter sido conduzidos por vias mais ou menos discretas de força e violência aos tribunais militares, porque não assumiam esse carácter", "pois aqueles sucesos não tiveram direcção, nem organização, nem caudillo ou chefe".

Vozes airadas e cheias de razão, simpáticas umas de Ferrer, outras indiferentes ao que ele representava, quando não contrárias às suas ideias, ergueram-se no Congresso de Deputados para pedir a revisão do processo. Citamos somente, como exemplo, Rafael Salillas e Pere Corominas, homens ponderados e de ideário político oposto. Para rematar a injustiça cometida contra Ferrer citaremos uma resolução do Conselho Supremo de Guerra e Marinha de 29 de Setembro de 1911. Diz assim: "Não existindo provas de que qualquer rebelde haja actuado sob as ordens directas de Ferrer i Guardia, os seus bens não poderão ser confiscados por perdas e danos".

Intitulamos o presente trabalho "A absolvição de Ferrer i Guardia" porque a convicção hoje de gregos e troianos é a de que a condenação e a execução foram injustas. Ferrer foi um pretexto para fazer calar problemas muito graves que se colocavam a Espanha desde a Restauração, com uma governação de costas para o povo. Como sempre ocorre na nossa terra, em vez de os enfrentar intentou-se, de balde, ignorá-los, distrair a atenção do povo com um trágico fogo de artifício, o fusilamento de um inocente que não foi, por outro lado, dique capaz de conter o ímpeto de umas águas que mais tarde saíram do leito, vinte e sete anos decorridos, noutra vezão aziaga: o de 1936. Antonio Maura y Montaner foi grande jurisconsulto, grande orador, mas não o havia Deus chamado ao caminho da política. Perpetuou a oligarquia militar, não conteve o caciquismo, origem e causa de muitos males, e permitiu que a Igreja continuasse a gozar das suas prebendas, obstinado na sua ideia de fazer uma revolução de cima para baixo quando, pelo contrário, a revolução é vento que nasce na terra e se eleva ao céu.

Que fazer então com a memória de Ferrer i Guardia? Rever o processo e os de quantos como ele foram injustamente condenados e justificados. Talvez então a Espanha se encontre a si mesma e possamos todos, vivos e mortos, descansar em paz.

Francisco Molins Fernández



Na capa da pasta onde figuram as folhas do segundo sumário, numa única linha, consta a qualificação dos factos como "Rebelião" e, a seguir, por debaixo, acrescentada sem dúvida por mudança de critério e sublinhada, surge a palavra "militar", pois falta a linha impressa que existe na capa. Tudo indica, portanto, que houve um momento em que o critério foi de rebelião comum. Além disso o aparecimento da palavra "militar" coincide com a chegada a Barcelona do Procurador Javier Ugarte. A partir de 27 de Setembro surge, subitamente, "a prova cabal" da culpabilidade de Ferrer. Lendo-se com cuidado as folhas da causa encontraremos "provas tão concludentes" como a de uns soldados que disseram ter visto um homem de fato azul e chapéu de palha, sem contudo o identificar, e sem precisar se fora no passeio de Colón ou na praça de Antonio López. Tardamente esses soldados identificaram o homem de fato azul e chapéu de palha como Ferrer i Guardia; e dizemos tardiamente porque o fizeram depois de o haver "identificado" o jornalista Colldeforns, correspondente em Barcelona do diário "El Siglo Futuro", homem de actividades turvas e mais que duvidosas. Além de que se sabe que "testis unus testis nullus". Seguidamente Raso Negrini, cumprindo o seu dever de juiz, requer a presença em julgado das pessoas que

condenação de Ferrer e, com ela, como disse Portela Valladares, a da monarquia borbónica que, sem aquele tremendo erro, não teria sido ferida de morte.

Chegamos na nossa análise à data de 23 de Setembro de 1909 sem que pudesse imputar-se a Ferrer qualquer facto incriminatório. A partir daqui precipitam-se os acontecimentos; a 27 decide-se a abertura das Cortes a 15 de Outubro. A 29 de Setembro o processo sobe a plenário, sendo devolvida pelo Fiscal no dia seguinte e, a 1 de Outubro, nomeia-se defensor; a 2 e 3 o processado é notificado das acusações; a 5 volta novamente ao Procurador, que a qualifica no dia seguinte; a 7 o defensor faz a qualificação e a 8 decide-se a celebração do Conselho de Guerra, que tem lugar a 9, condenando Ferrer à morte; a 10 emitiu o acordão o auditor,

*"Inimigo da desigualdade social, não me limitei a lamentá-la nos seus efeitos, antes quiz combatê-la nas suas causas, certo de que desse modo se há-de chegar positivamente à justiça, quer dizer, aquela ansiada igualdade que inspira todo o afã revolucionário."*

Francisco Ferrer i Guardia

## ÚLTIMAS PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

- *Alternative Syndicaliste* (revista do Cercle de Réflexions et d'Actions Syndicalistes), Castelnau de Médoc (França), nº 9, Inverno 1995.
- *Bulletin CIRA* (Centre International de Recherches sur l'Anarchisme), Lausanne, nº 51, 1995.
- *Bulletin d'Information* (orgão da 2ème U.R. CNT-AIT), Paris, nº 48, 15 de Abril 1995.
- *Cenit* (orgão da Regional do Exterior da CNT-AIT de Espanha), Choisy-le-Roy, nº 582, 25 de Abril 1995.
- *CNT* (orgão da CNT-AIT de Espanha), Granada, nº 178 (V época), Abril 1995.
- *Columna Durruti* (orgão da Federação Local de Sindicatos da CGT), Valladolid, nº 1, Janeiro 1995.
- *Combate*, Lisboa, nº 186, Abril 1995.
- *Confrontations* (revista da Organização Socialista Libertária), Lausanne, nº 28, Março 1995.
- *Etcetera*, Barcelona, nº 25, Abril 1995.
- *Freedom*, Londres, 8 de Abril 1995.
- *Industrial Worker* (orgão de Industrial Workers of the World), EUA, nº 1579, Maio 1995.
- *Kick it Over*, Toronto, nº 34, Outubro 1994.
- *Le Libertaire* (revista de síntese anarquista), Le Havre, nº 155, Abril 1995.
- *Le Combat Syndicaliste* (orgão da CNT-F/AIT), Paris, nº 155, Abril 1995.
- *Le Combat Syndicaliste* (orgão da CNT-F/AIT), Toulouse, nº 142, Março/Abril 1995.
- *Le Monde Libertaire* (orgão da Federação Anarquista Francesa), Paris, nº 997, 27 de Abril - 3 de Maio 1995.
- *Libre Pensamiento* (revista da CGT de Espanha), Madrid, nº 18, Inverno 1995.
- *News & Letters*, Chicago, Março 1995.
- *O Sal da Ira*, Lisboa, Junho/Novembro 1994.
- *Política Operária*, Lisboa, nº 49, Março-Abril 1995.
- *Rivista Anarchica*, Milão, nº 217, Abril 1995.
- *Rojo y Negro* (orgão da CGT de Espanha), Madrid, nº 66, Abril 1995.
- *Singularidades*, Lisboa, nº 3, 1995.
- *Umanità Nova* (Federação Anárquica Italiana), Milão, 2 de Abril 1995.
- *Volontá* (Milão), Dezembro 1994.
- *Voz do Trabalho* (orgão da Liga Operária Católica), Lisboa, nº 496, Março/Abril 1995.

## JORNADAS LIBERTÁRIAS DO PORTO

Diversas organizações nortenhas, entre as quais se contam "Terra Viva", "Cadernos da Insurreição", "Colectivo Inquietação", "Olhos de raiva" e diversas pessoas a título individual, organizaram no Porto umas Jornadas Libertárias compreendendo uma Festa de Abertura (26/3), exposições sobre Zapatismo e Publicações Alternativas (permanentes) e um ciclo de debates dedicados a temas tão diversos como: "Ecologia Social ou Ambientalismo" (31/3), "Exclusão Social" (1/4), "Libertação Animal" (13/4), "A Mulher" (15/4), "Squats-Ocupação" (20/4), "Racismo, Xenofobia" (21/4), "FMI, Banco Mundial" (22/4), "Militarismo" (27/4) e "Eleições, porque sim?" (28/4).

Estas actividades estenderam-se portanto ao longo de um mês (26 de Março a 28 de Abril). O C.E.L./A Batalha foi convidado a participar mas razões de ordem profissional e/ou pessoal não permitiram infelizmente o envio dum nosso delegado e, por consequência, não podemos dar ainda notícia mais pormenorizada do andamento dos trabalhos.

## ACTIVIDADES NO C.E.L.

• Na tarde do dia 25 de Fevereiro nosso colaborador Frank Harrison, à data em visita ao nosso país, proferiu no C.E.L. uma palestra intitulada "O Capitalismo e o Estado Russo", que foi objecto de tradução simultânea. O debate que se seguiu, com a presença de três dezenas de companheiros, permitiu aprofundar e esclarecer diversos temas abordados na conferência. O texto integral desta poderá ser lido nas páginas centrais deste número de *A Batalha*.

• Na primeira semana de Março foi inaugurada na nossa sede uma "Festa do Livro" em que foi posto à venda, a preços consideravelmente reduzidos, um lote apreciável de livros, revistas e

jornais. Inicialmente prevista para o mês de Março, o atraso inicial de uma semana foi corrigido alargando a sua duração até final do mês de Abril.

• Encerrada esta iniciativa a Livraria do CEL manterá no entanto o "Livro do Mês", uma obra que mudará todos os meses e beneficiará dum desconto especial.

• Mantem-se na sede a Exposição de Fotografias de Cabo Verde, do nosso companheiro Rui Tavares. A exposição pode ser vista no horário normal de funcionamento do C.E.L. (15 às 18 horas), às terças, quintas e sábados.



## Próximas actividades

• No próximo dia 13 de Maio, sábado, pelas 15 horas, terá lugar na sede uma palestra de Daniel Pires sobre "Bocage e a Liberdade" seguida do habitual debate. Esta palestra foi já proferida na Câmara Municipal de Setúbal, no âmbito das comemorações do 25 de Abril naquela cidade. Daniel Pires é autor de um livro sobre aquele poeta sadino, bem como de outros estudos sobre escritores portugueses atraídos pelo Oriente como Camilo Pessanha e Venceslau de Moraes.

• No dia 20 de Maio, sábado, igualmente pelas 15 horas, António Bracinha Vieira falará sobre "Mimetismo e Liberdade". O conferencista é médico psiquiatra e professor de Etologia na Universidade Nova de Lisboa, autor de diversos livros, entre os quais "A Fenomenologia da Criação Artística em Mário Botas", "Doutor Fausto", "Ensaio sobre o Termo da História", bem como de numerosos artigos. É, além disso, colaborador do nosso jornal.

## Timor: uma questão de consenso nacional (Continuação da página 12)

### Notas:

- 1 O *Independente*, 20.01.95.
- 2 Ao mesmo tempo que era revelado o caso OGMA, ocorria um outro igualmente comprometedor do governo português. No *Público*, de 21.05.95, um artigo de Jill Jolliffe informava que uma equipa de filmagens se encontrava em Portugal para realizar diversas entrevistas que deviam integrar um filme, encomendado por Jacarta, narrando a versão indonésia da história de Timor-Leste. Se os meios de comunicação, na altura, demasiado ocupados com o caso OGMA, se tivessem dedicado à investigação deste caso, teriam descoberto, por exemplo, que:
  - alguns dias antes, tinha chegado a um palácio dos arredores de Lisboa, por fax, um pedido - feito pela entidade produtora do filme, com os nomes de Mário Carrascalão, Frank Raimos e Domingos Alves - de autorização para utilizar as instalações para filmagens (este pedido não mencionava explicitamente o fim a que se destinavam as filmagens);
  - os responsáveis do referido palácio, desconfiaram da finalidade das filmagens e contactaram diversas entidades oficiais, algumas governamentais, para saber que decisão deveriam tomar;
  - nenhuma destas entidades aconselhou oficialmente a não cedência das instalações por as filmagens se destinarem a propaganda indonésia;
  - pouco tempo antes da publicação do artigo de Jill Jolliffe, os responsáveis do referido edifício foram informados, a título semi-confidencial, por um funcionário de uma dessas entidades, de quais os fins a que se destinavam as filmagens, e foram aconselhados a não ceder as instalações. Curiosamente, após a publicação do artigo, as autoridades portuguesas negaram ter conhecimento das razões que tinham trazido a Portugal os produtores do filme.
- 3 Mário Soares, *Portugal Amordaçado*, Cap. XI: "A aventura colonial", p. 457. A edição francesa

do livro é de Maio de 1972 e a tradução portuguesa data de Outubro de 1974.

4 Mário Soares, *idem*, p. 473.

5 O tratamento que a imprensa portuguesa fez da situação de Timor, desde início, merece sem dúvida pelo menos outro artigo. É, por exemplo, necessário explicar como foi possível em 1975, poucos dias antes da invasão final indonésia, continuar a publicar notícias sobre Timor em que se dá exactamente a mesma credibilidade às fontes timorenses e às indonésias. É também necessário explicar porque razão durante o resto da década de 70 e princípios da de 80 Timor foi totalmente esquecido pelos meios de comunicação portugueses.

Adelino Gomes, um dos poucos jornalistas portugueses que se tem dedicado seriamente à causa de Timor, deixa entrever as responsabilidades dos meios de comunicação quando afirma que as responsabilidades não são de facto exclusivamente dos políticos e se lamenta que a opinião pública não tenha estado sempre tão alertada para o problema como está hoje (*Público*, 21.01.95). Como a "opinião pública" se constitui fundamentalmente com base nas informações fornecidas pelos meios de comunicação, pode-se considerar que isto é uma alusão implícita à péssima cobertura que estes fizeram do assunto.

6 Algo que ninguém parece ter estranhado no caso OGMA foi o silêncio das autoridades indonésias. Não é de todo credível que os indonésios não soubessem que os motores dos seus helicópteros tinham sido reparados pelas OGMA. Também não é credível que não tivessem usado um trufo tão forte. Este trufo só teria alguma utilidade se i) fosse divulgado publicamente de modo a desacreditar as autoridades portuguesas, ou ii) fosse usado em privado, sob ameaça de divulgação, para obter cedências das autoridades portuguesas. Como, que se saiba, as autoridades indonésias nunca tinham revelado publicamente o caso, pode-se concluir que...

## À VENDA NA NOSSA LIVRARIA

- GIOVANNI BALDELLI  
Anarquismo Social (1000\$)
- MURRAY BOOKCHIN  
Sociobiologia ou Ecologia Social? (530\$)  
The Modern Crisis (2200\$)  
Urbanization without Cities (2600\$)
- ROBERT BRINGHURST  
A beleza das armas (3200\$)
- ANGEL J. CAPPELLETTI  
La Ideologia Anarquista (1350\$)  
Hechos y Figuras del Anarquismo Hispanoamericano (1100\$)
- NOAM CHOMSKY  
Rethinking Camelot (3350\$)  
Year 601 (3350\$)  
Manufacturing consent - Noam Chomsky and the media (3350\$)
- CARLOS DÍAZ  
De la Razón Dialógica a la Razón Profética (1540\$)  
Cuando la razón se hace palabra (1800\$)  
La política como justicia y pudor (2000\$)  
Victor Garcia, "El Marco Político de la Anarquía" (1850\$)
- JUAN GÓMEZ CASAS  
Nacionalimperialismo y Movimiento Obrero en Europa (1160\$)  
Relanzamiento de la C.N.T. (1975-1979) (800\$)
- ABRAHAM GUILLEN  
Economía Libertaria (3640\$)  
Economía Autogestionaria (3640\$)  
Socialismo Libertario (3640\$)
- PEDRO KROPOTKIN  
La Grande Révolution (4000\$00)  
Elapoyomutuo, "factordelaevolucion" (2000\$)
- JOSÉ LUIS GUTIÉRREZ MOLINA  
La Idea Revolucionaria (El Anarquismo Organizado en Andalucía y Gádiz) (2550\$)
- GASTÓN LEVAL  
El Estado en la Historia (730\$)
- ANTONIO LÓPEZ CAMPILLO  
La Caída de la Casa Lenin (1170\$)
- JOSEFA MARTÍN LUENGO  
Desde Nuestra Escuela "Paideia" (1900\$)
- JACK LONDON  
Agência de assassínios, Lda. (2500\$)
- EDUARD MASJUAN BRACONS  
Urbanismo y Ecología en Cataluña (1820\$)
- FRANCISCO OLAYA MORALES  
El Oro de Negrin (3500\$)  
La intervención Extranjera en la Guerra Civil (3200\$)
- CHARLES REEVE  
Portugal numa Europa de geometria variável (500\$)
- JOSÉ PEIRATS VALLS  
Breve Historia de la C.N.T. (400\$)  
La Semana Trágica y Otros Relatos (2840\$)
- GEORGE DAVISON WINIUS  
Lerida negra da Índia portuguesa (2600\$)
- STEPHEN SCHECTER  
Política de Libertação Urbana (850\$00)
- TINA TOMASI  
Breviário del Pensamiento Educativo Libertario (1100\$)
- EMÍDIO SANTANA  
Memórias de um Militante Anarco-Sindicalista (980\$00)  
Onde o Homem acaba e a Maldição começa (1000\$00)  
História de um Atentado (1100\$00)
- MANUEL JOAQUIM DE SOUSA  
O Sindicalismo em Portugal (500\$00)  
Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante (865\$00)
- ALEXANDRE VIEIRA  
Delegacia a um Congresso Sindical (500\$)
- CHRISTIAN BAY e CHARLES C. WALKER  
Desobediência Civil - teoria e prática (400\$)
- HAROLD B. WILSON  
Democracia no Trabalho (700\$)

Estas e outras obras encontram-se à venda na sede do Centro de Estudos Libertários, R. Marquês de Ponte de Lima, 37-2º-D - 1100 Lisboa, às terças, quintas e sábados, entre as 15 e as 18 horas.

# Timor: uma questão de consenso nacional

*Em Janeiro os meios de comunicação social tornaram pública a reparação de motores de helicópteros de combate indonésios pelas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA).<sup>1</sup> A divulgação de factos tão comprometedores<sup>2</sup> para o governo português parece prova irrefutável da independência dos media portugueses — sobretudo quando está em causa um assunto de tamanha importância e que é, como tem sido repetido, de "consenso nacional". Contudo, uma série de factos que ocorreram posteriormente levantam sérias dúvidas sobre a independência dos meios de comunicação e quanto à natureza do "consenso".*

Tem sido repetido até à exaustão que Timor é assunto de consenso nacional. Pode-se pôr em causa esta afirmação e tentar recolher provas que mostrem que é falsa. Não é contudo isso que farei porque penso que os políticos dizem a verdade quando afirmam que é uma questão de consenso nacional. O que se esqueceram de dizer é que "consenso" é normalmente usado no sentido de acordo, concordância, mas significa sobretudo consentimento. "Consenso" não tem, portanto, isoladamente qualquer conotação positiva ou negativa. Isto parece básico mas não é, porque quando se fala em Timor e no "consenso" que há à sua volta essas afirmações soam como altamente positivas. Se como vimos a palavra é neutra talvez seja possível averiguar algo mais sobre a natureza desse consenso. Foi o que tentei e as conclusões a que cheguei foram as de que esse consenso tem características bastante negativas.

De modo geral, a reacção da imprensa à divulgação da notícia foi violenta. Quase todos os jornais exigiram a responsabilização do Ministro da Defesa, alguns chegaram a pedir a sua demissão. Cerca de quatro meses depois, Fernando Nogueira já não é Ministro da Defesa, pediu a demissão e ela foi aceite. Tudo estaria aparentemente certo, não fosse o ter abandonado o governo para se tornar presidente do PSD — "candidato a primeiro-ministro" na terminologia política actual — e os meios de comunicação terem acompanhado a sua campanha com poucas ou nenhuma alusão ao caso OGMA. O facto é que depois das violentas reacções iniciais os meios de comunicação foram deixando cair o assunto no esquecimento. E tal não se deveu certamente à falta de oportunidades e de pistas para serem seguidas. Após a divulgação do caso, houve pelo menos três acontecimentos cuja análise teria sido altamente esclarecedora quanto à acção do Estado Português relativamente a Timor-Leste: i) as declarações do deputado do PS Eduardo Pereira durante o debate da moção de censura ao Governo; ii) as diversas posições (ou ausência delas) da Presidência da República; iii) as pressões exercidas pela embaixada portuguesa em Washington sobre o jornalista Mário Crespo. Todos estes factos são de conhecimento público e se os meios de comunicação não os exploraram foi pura e simplesmente porque não quiseram.

## A discussão da moção de censura

O debate na Assembleia da República, poucos dias depois da notícia de *O Independente*, tinha como principal finalidade discutir e votar a moção de censura ao governo apresentada pelo PCP mas, como não podia deixar de ser, o recente caso OGMA-Timor constituiu foco de interesse. Quem assistiu ao debate em directo pela televisão pode observar que: i) o Governo e o PSD, naturalmente alvos privilegiados dos ataques da oposição, passaram ao contra-ataque lembrando à oposição, sobretudo ao PS, o que não tinham feito por Timor quando tinham estado no Governo, chegando mesmo a ameaçar tornar públicos os "dossiers" sobre Timor; ii) o deputado do PS Eduardo Pereira pôs cobro ao debate ao afirmar que as res-

ponsabilidades eram de tal modo partilhadas e o conteúdo dos dossiers de tal modo comprometedor para todos que o melhor era encerrar o assunto; iii) o então Ministro da Defesa Fernando Nogueira, não só não apresentou a demissão como não aceitou quaisquer responsabilidades no caso, lançando as culpas sobre um qualquer operário das Oficinas, que, prometeu, seria certamente alvo de processo disciplinar e despedido.

Isto foi basicamente aquilo a que qualquer espectador de televisão pode assistir. Aquilo que um atento leitor da imprensa pode ter lido nos jornais do dia seguinte foi ligeiramente diferente: grande realce para a parte do debate respeitante à moção de censura, algumas alusões às trocas de acusações PS / PSD e, na maior parte dos casos, ausência de referência ou referência extremamente vaga à intervenção de Eduardo Pereira. Este facto é particularmente estranho porque as suas declarações deveriam parecer bastante reveladoras a quem estava interessado em apurar as responsabilidades das autoridades portuguesas relativamente a Timor, como parecia ser o caso dos meios de comunicação. Quanto ao discurso do Ministro da Defesa, a maioria dos jornais limitou-se a transcrever o que tinha dito. Não houve qualquer sugestão de que o discurso pudesse ser, como foi aliás, totalmente implausível. O discurso deve ter parecido bastante credível tanto a políticos como a jornalistas porque a partir daí o assunto caiu no esquecimento, para não dizer que foi abafado (com raras e honrosas excepções como se verá adiante).

Talvez tudo isto nos possa ajudar a começar a perceber qual é a natureza do consenso nacional.

## As reacções da Presidência da República

Muitos terão certamente esperado que o Presidente da República (PR) exigisse a demissão do governo ou dissolvesse a Assembleia da República na sequência do caso. Porém, não só tal não se verificou como o PR manteve um estranho silêncio sobre o caso. Chegou mesmo a manifestar surpresa algum tempo depois, quando dirigentes da Juventude Socialista inquiriram o Procurador Geral da República sobre a possibilidade de responsabilizar o Ministro da Defesa pelo caso OGMA. Os meios de comunicação não estranharam este silêncio e, consequentemente, não se interrogaram sobre os seus motivos. Contudo ao silêncio do Presidente da República talvez não seja estranho o facto de Mário Soares só se ter começado a interessar pelo caso de Timor na década de 80, quase dez anos depois da invasão indonésia. Por outro lado, relativamente à ocupação de Timor-Leste pela Indonésia, também não deve ter a consciência muito tranquila. Em 1972, ainda no exílio, a propósito das então colónias portuguesas, afirmava que Timor "[...] é uma ilha indonésia com bastante pouco a ver com Portugal..."<sup>3</sup>

É óbvio que estas afirmações foram feitas alguns anos antes do 25 de Abril e da invasão indonésia, mas daqui já era possível depreender a importância que viria a ser dada ao território timorense aquando da descolonização. Outras afirmações de Soares no mesmo livro são sem dúvida ainda mais graves:

considerar em 1972 que Timor ainda não tinha sido ocupado devido a "dificuldades internas da situação da Indonésia",<sup>4</sup> não é grave apenas por antecipar a possibilidade de invasão de Timor, é sobretudo grave porque as referidas "dificuldades internas" correspondem ao massacre de mais de meio milhão de pessoas levado a cabo pelo regime de Suharto.

Naturalmente que estas afirmações bem como o referido interesse tardio pela situação que se vivia em Timor não podem ter deixado de condicionar o PR quando estava em causa o apuramento de responsabilidades.

## Preocupação com a liberdade informativa e auto-censura dos media

Em sequência de alguns escândalos políticos e acusações de corrupção, quer a nível governamental quer autárquico, divulgados por alguns meios de comunicação, o governo resolveu apertar a malha em torno dos jornalistas. Esta tentativa teve como principal justificação a necessidade de preservar a privacidade de titulares de cargos públicos. A preocupação dos jornalistas com estas tentativas de limitar a sua liberdade é legítima e o espaço dedicado pelos meios de comunicação a este assunto também parece justificado.



Estudante timorense arrastado para uma carrinha da polícia durante uma manifestação em Jacarta (19.11.91)

Durante meses foram escritas páginas e páginas sobre este assunto, editoriais e artigos de opinião, além de terem sido realizados sobre o tema diversos debates e colóquios.

No programa *Reportagem*, de José Manuel Barata Feyer, além de ter sido claramente dito que deviam ser investigados os fundamentos das declarações de Eduardo Pereira na AR e de uma crítica geral ao papel dos meios de comunicação na divulgação do caso de Timor-Leste, desde a invasão indonésia, foi exibida uma peça jornalística realizada nos Estados Unidos, pelo jornalista da RTP Mário Crespo, sobre a acção da diplomacia portuguesa relativamente a Timor.

A relação entre estas duas situações tornar-se-á óbvia quando se disser que alguns dias depois uma pequena notícia, na última página do *Público*, informava que Mário Crespo fora pressionado por José Sampaio, adido cultural português nos Estados Unidos, para não levar por diante a reportagem, considerada altamente difamadora da política externa portuguesa.

Este é um caso flagrante de censura e violação da liberdade informativa, mas estranhamente não foi isso que entenderam os meios de comunicação. Quando se esperava que — confrontados com o exemplo concreto daquilo que vinham há meses a criticar e contra o qual se tinham manifestado — reagissem vigorosamente, deixaram o assunto passar totalmente despercebido.

Pode-se perguntar o que terá levado os meios de comunicação a enveredarem pela via de consenso, quando tinham sido exactamente eles quem tinha começado por revelar o caso.

Existem pelo menos três tipos de explicações bastante óbvias:

i) alguns, sobretudo aqueles em que a influência governamental nunca se faz sentir, certamente preferiam mais se faz divulgado o caso e, se o fizeram, foi porque o contrário era de todo impossível. Para estes qualquer pretexto para encerrar o assunto era excelente;

ii) outros, com menos compromissos com o governo, não teriam objecções de maior à divulgação do caso e ao consequente apuramento de responsabilidades. Contudo, rapidamente se aperceberam que o caso das OGMA era um entre muitos da política externa portuguesa relativamente a Timor, e que não só este governo mas todos os anteriores estavam altamente comprometidos. Com todos os partidos com representação parlamentar envolvidos o que passava a estar em causa não era só o Ministro da Defesa ou o governo do PSD, mas todo o sistema político posterior ao 25 de Abril;

iii) uma outra razão, sem dúvida geral, é o facto de os próprios meios de comunicação não se poderem orgulhar da sua actuação passada relativamente a Timor. Afinal competia-lhes terem alertado para o que se passava sob o domínio indonésio e terem denunciado a inépcia das autoridades portuguesas.<sup>5</sup>

Por um, ou por vários destes motivos, o facto é que os meios de comunicação enveredaram pelo consenso político geral relativamente a Timor-Leste. O que se pode concluir é que a nenhuma das forças políticas representadas na AR, nem aos meios de comunicação é possível levar muito longe as afirmações sobre Timor, e só assim se percebe que o caso tenha tido o desfecho que teve.

O mais grave de toda esta situação é que o consenso é de facto um ciclo vicioso. Consentem-se os erros presentes, e consentem-se os futuros, para ocultar os erros passados. Mantém-se uma aparência de preocupação, uma fachada que consiste em encontros ao mais alto nível entre autoridades portuguesas e indonésias, que por razões óbvias não têm nem podem ter quaisquer resultados práticos: a influência portuguesa era já de si diminuta, mas as autoridades portuguesas com receio de serem tornados públicos os seus erros passados, tornaram-na pura e simplesmente nula.<sup>6</sup>

Porém, quando os responsáveis indonésios afirmam que Portugal não tem autoridade moral para falar de Timor, dizem só meia verdade. Há de facto alguns que não a têm: os responsáveis políticos portugueses que assistiram silenciosos ao massacre de centenas de milhares de timorenses, que fizeram cedências aos responsáveis por esse massacre, devido à falta de coragem para assumir os seus erros e à mesquinha ambição de conseguir, ou manter, um lugar no partido ou no poder, ou por causa da secreta esperança de que o seu "bom nome" venha a surgir imaculado nas páginas da História. Desses não vale a pena esperar nada porque já deram provas suficientes do que são capazes.

Mas, existem felizmente milhões de portugueses e de pessoas em todo o mundo cujo único erro consistiu em terem sido enganados durante quase duas décadas. Estes têm não só a autoridade como a obrigação moral e humana de falar, de agir por Timor e de denunciar os erros que os outros não são capazes de assumir. Alguns já o fazem e espera-se que no futuro sejam cada vez mais. A maioria não constará certamente dos manuais de História, mas felizmente estes também não se contentam com tão pouco. Se assim não for, mais não nos resta do que lamentarmo-nos em coro: Ai Timor!

Sérgio Duarte

Notas - ver na página 11.